

RELATÓRIO & CONTAS 2019



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2019 voltou a ser caracterizado por um crescimento significativo da actividade do Banco Letshego, SA, e consolidação do seu negócio e da estratégia definida em finais de 2016, traduzindo-se na expansão dos seus produtos e serviços e a implementação de condições para que o ano de 2020 seja o ano da contribuição de todas as áreas de negócio para o crescimento da actividade.

Destaca-se, de entre os serviços, o Agente Bancário "LetsGo" que opera através de uma plataforma digital que permite o acesso a serviços financeiros nas zonas rurais de Moçambique,

tais como depósitos, incluindo Contas Poupança e Depósitos à Prazo remuneradas a taxas atractivas, transferências intra e interbancárias e pagamentos a fornecedores de serviços.

O Banco Letshego, SA, orientado para a diversificação das suas fontes de financiamento, registou, ao longo do ano de 2019, um crescimento significativo de depósitos, o maior desde a sua criação, o que culminou com a oferta de taxas de juros de créditos mais atractivas.

Para 2020 o Banco Letshego, SA, ambiciosa manter os níveis de crescimento já alcançados,

incrementar a sua oferta de produtos e serviços a saber cartões de débito e USSD através da Rede SIMO e consolidar a solução de micro-pagamento denominada Comércio Comunitário ou melhor TAP&GO, solução esta que reduz a circulação de notas e moedas no sector digitalizando todos processos de pagamentos como transporte, recargas e pagamentos de serviços, poupanças rotativas.

É missão do Banco Letshego, SA, afirmar-se como um provedor de serviços financeiros de classe mundial ao segmento de retalho, pelo que o banco continuará a apostar na

melhoria da qualidade de serviço ao cliente, nomeadamente através de meios digitais mais robustos e inovadores, fortalecimento de sistema de controlo interno e a manutenção do desempenho financeira, sendo que para tal, continuará a investir em tecnologia e recursos humanos qualificados. É objectivo do Banco Letshego, SA, manter-se como uma referência no mercado financeiro moçambicano, através de taxas de crescimento, níveis de rentabilidade e solvabilidade estáveis e orientação para os clientes com dificuldades de acesso aos serviços financeiros, com enfoque nas zonas rurais.

Enquadramento a Conjuntura Económica Internacional e Nacional

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a inflação anual, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Moçambique, manteve a tendência para abrandamento, iniciada em Setembro de 2018. Com efeito, a inflação anual fixou-se em 3,5% em Dezembro último, contra 3,52% em igual período de 2018.

A política monetária prudente, aliada aos esforços do Governo com vista à consolidação fiscal, num ambiente de menor crescimento anual dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis líquidos, favoreceu a dinâmica da inflação.

Estimava-se um crescimento anual PIB em 2020, na ordem de 4,8%, porém, estas previsões foram

revisadas para 2,2% num cenário pessimista e 3,8% no cenário optimista, como consequência do abrandamento da actividade económica em todos os sectores, desde a indústria extractiva até à agricultura, devido à pandemia covid-19, que assola o mundo desde finais de 2019.

O Metical regista uma depreciação acentuada ao longo dos últimos meses, em linha com o abrandamento da actividade económica. Depois de 61,06 MZN/USD no fecho de Dezembro de 2019, a taxa de câmbio média praticada pelos bancos comerciais com o público situou-se em 70,86 MZN no dia 30 de Agosto.

No mesmo período, a cotação do ZAR passou de 4,35 para 4,23 MZN, representando uma valorização da moeda nacional, como impacto

das tensões políticas vividas na Africa do Sul e da maior incidência de casos de covid-19 naquele país.

De acordo com a previsão do World Economic Outlook (WEO), de 24 de Junho de 2020, o crescimento global é projectado em -4,9% em 2020, essencialmente devido à pandemia covid-19 que teve um impacto mais negativo sobre a actividade na primeira metade de 2020 do que o previsto, e que a recuperação é projectada para ser mais gradual do que anteriormente previsto.

Em 2021, o crescimento global é projectado em 5,4%. No geral, isso deixaria o PIB de 2021 cerca de 6,5% abaixo das projecções pré-COVID-19, feitas em Janeiro de 2020.

O impacto adverso sobre as famílias de baixa renda é particularmente agudo, colocando em risco o progresso significativo feito na redução da pobreza extrema no mundo desde década de 1990. A WEO caracteriza, desta forma, a economia global como estando em crise sem antecedentes e com incertezas de recuperação.

Acerca de Banco Letshego, SA (BL)

A entidade foi constituída em Moçambique nos termos do Código Comercial sob o Decreto-Lei 02/2005 de 27 de Dezembro de 2005, Capítulo VI e Lei das Instituições Financeiras 15/99 de 1 de Novembro, alterada pela Lei 09/2004 de 21 de Julho de 2004, e especificamente o regulamento de Instituições de microfinanças ao abrigo do Decreto 57/2004 de 10 de Dezembro de 2004 contudo em Setembro

de 2016 o Banco de Moçambique autorizou a conversão da licença de micro Banco para banco Comercial. A entidade foi licenciada pelo Banco Central de Moçambique para operar como um Banco Comercial a partir de Setembro de 2016 e tem como accionistas, o Letshego Holdings Limited, a Timbila Design, Lda. e 3 (três) Accionistas individuais como poderão apreciar deste relatório.

Letshego holdings Limited (LHL)

O maior accionista e é um grupo de serviços financeiros pan-africano com a sede em Gaborone – Botswana, e foi constituído em 1998, inscrito na bolsa de valores Botswana em 2002 sendo actualmente a segunda maior com capitalização bolsista.

Actualmente contém activos totais de aproximadamente USD 1,03 biliões de dólares americanos onde o foco é a diversificação de soluções com ênfase no crédito a funcionários do sector privado, crédito a Educação concretamente a Escolas, o lançamento do agente bancário, a captação de depósitos por forma a garantir um custo de fundos mais reduzido, consolidação da aquisição da subsidiária Gana e Nigéria, a emissão de acções na subsidiária Namíbia.

Resultados encorajadores no grupo mostram

um crescimento da carteira de crédito em 4.3% fixando-se em USD 860 milhões e um crescimento anual de resultados antes de impostos em 11% para USD 107 milhões, um rácio de eficiência de 45%, rentabilidade de capitais próprios de 16%, imparidade de crédito de 1.7% e um rácio de solvabilidade de 36%.

Banco Letshego, SA é terceira maior subsidiária de 11 subsidiárias pertencentes ao grupo Letshego Holdings Limited em África a saber Botswana, Quênia, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Suazilândia, Tanzânia, Nigéria, Uganda e Gana.

Com uma contínua reacção positiva do mercado e ao fim do nono exercício económico, o Banco Letshego Moçambique regista uma carteira de crédito líquida de 7.791 milhões de meticaís (2018: 7.251 milhões de meticaís) e 85.942 clientes (2017: 84.756 clientes) rácio de eficiência de 41.58% e um rácio de Solvabilidade de 45.46% ao final do exercício económico de 2019.

Segundo a pesquisa sobre o sector bancário com referência a 2018 dentre as 19 instituições financeiras inquiridas o Banco Letshego posicionou-se em 9 lugar em Totais de Activos, 7º lugar em Empréstimos e Adiantamentos, 15º em Depósitos, 6º lugar em Lucros, 7º lugar em

Rentabilidade de fundos próprios, 4º lugar em Rácio de Eficiência, 5º lugar em Crédito Vencido e duvidoso, 5º lugar em Rácio de Solvabilidade, resultados bastante encorajadores.

Em 2019, O Banco Letshego participou na 20ª Edição do Ranking das Maiores Empresas publicado pela firma KPMG, tendo sido alcançado nessa edição o ranking de 62ª empresa dentre as 100 contra o 60º lugar da edição anterior para além de ter sido considerada o Banco com melhor eficiência em 2017 segundo a pesquisa do Sector bancário também da KPMG. Em 2017 foi galardoado como a 2ª melhor empresa na contribuição fiscal na categoria de médios contribuintes.

Síntese dos Resultados Financeiros e Operacionais

O Letshego alcançou resultados excelentes no seu nono exercício, atingindo um resultado líquido positivo no valor de 646 milhões de meticaís (2018: 397 milhões de meticaís).

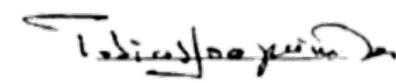
A sua fonte de financiamento é diversificada entre Fundos de Bancos Comerciais, Depósitos de clientes e um empréstimo subordinado do Sócio maioritário Letshego Holdings Limited.

Agradecemos as nossas partes interessadas a saber o Regulador, o Governo, os nossos

clientes, nossos colaboradores, a comunidade e nossos fornecedores, parceiros que continuarão a ser indispensáveis para o êxito do nosso negócio.

Para o Banco Letshego, SA, garantir uma boa experiência ao cliente é uma missão importante, e fazemos votos de continuar a cumprir o nosso papel e brevemente uma gama maior de produtos e serviços ser-lhe-ão oferecidos contribuindo para redução das necessidades dos nossos clientes reduzindo distâncias e custos nas suas transacções bancárias e deste modo fazer parte da alegria de melhorar a vida de cada um, que converge com o objectivo do governo que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Juntos melhoramos vidas.



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



Em cumprimento das disposições estatutárias da instituição BANCO LETSHEGO S.A. (empresa) e das vigentes no Código Comercial nomeadamente o artigo 437, número 1, secção b) conjugado com a Lei 15/99, de 1 de Novembro, alterado pela lei 9/2004 de 21 de Julho, que regulam o funcionamento das instituições financeiras, o Fiscal Único analisou o relatório e Contas referente ao ano findo a 31 de Dezembro de 2019 apresentados pelo Conselho de Administração e do relatório do auditor independente para o mesmo período para os quais ocorrem os seguintes comentários:

1) Perspectiva Económica

As perspectivas de uma recuperação robusta da actividade após o crescimento abrandar para uma baixa de quase duas décadas em 2019 em meio à devastação provocada pelos ciclones Idai e Kenneth foram frustradas devido ao surto de Covid-19 e medidas de contenção associadas.

O Governo declarou estado de emergência no final de Março de 2020 e teve sucessivas prorrogações, sendo que a última, prevê-se o seu terminus em finais de Agosto de 2020, interrompendo todas as actividades não essenciais, incluindo o encerramento de actividades mineiras.

Assim, estas interrupções levaram a um colapso das actividades no segundo e terceiro trimestres do ano, com efeitos de ondulação sendo transferidos para o restante período do ano e provavelmente para o ano seguinte.

Espera-se que a economia se contraia este ano, uma vez que o pandémico coronavírus afecta não só o consumo privado mas também investimento directo quer estrangeiro quer nacional.

Além disso, os preços baixos das commodities e a demanda global reduzida devem afectar fortemente as exportações, principalmente de carvão e alumínio. A inevitável deterioração de um perfil fiscal já frágil é um grande risco à frente.

Os painelistas da FocusEconomics vêem o PIB de Moçambique contraindo 0,5% em 2020, e um crescimento à volta de 2,9% em 2021.

2) Situação Financeira da empresa

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras do BANCO LETSHEGO, S.A. que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações dos Fundos Próprios, as Notas e um resumo de políticas contabilísticas para o exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2019.

As actividades comerciais no exercício económico de 2019 revelaram um crescimento em relação ao ano anterior, onde se destacam os seguintes indicadores:

- As demonstrações de Resultados da empresa, apresentam um volume de vendas de MZN 2.632 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 11% em relação ao ano anterior (2018 com MZN 2.377 milhões).

O rendimento líquido de Juros ascende a MZN 1.626 milhões, o representa um crescimento de cerca de 29% comparativamente ao ano anterior com MZN 1.258 milhões. Foi reportado um resultado líquido positivo de MZN 646 milhões o que representa um crescimento de 71% em relação ao ano anterior (2018 com MZN 379 milhões);

- Foram reportados activos que totalizam MZN 9.800 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 20% em relação ao ano anterior (MZN 8.191 milhões), dos quais MZN 7.791 milhões (80% dos activos) representam a carteira de crédito. Os activos não correntes totalizam MZN 226 milhões (2%) e MZN 9.575 milhões de activos correntes (98%);

- O passivo totaliza MZN 6.037 milhões, o que representa 62% do total do activo;

- As obrigações incrementaram na ordem de 7% em relação ao ano anterior (MZN 5.645 milhões);

- A demonstração dos Fluxos de Caixa apresentam um fluxo de caixa líquido derivado de actividades operacionais de MZN 730 milhões (um aumento de 42% em relação ao ano anterior com MZN 514.4 milhões), um fluxo derivado das actividades de investimento de MZN 142.3 milhões (dos quais MZN 137.7 milhões alocados ao investimento de equipamentos e propriedades), um fluxo derivado das actividades de financiamento de

MZN 225.7 milhões.

A empresa encerrou o exercício económico do ano findo a 31 de Dezembro de 2019 com disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa de MZN 1.627,6 milhões comparativamente 814,3 milhões do ano anterior;

- Demonstração de Alterações de Capital Próprio apresenta capital próprio no montante de 3.763 milhões, que representa um crescimento na ordem de 48% comparativamente ao exercício anterior (MZN 2.546 milhões). Este aumento é justificado para além do resultado líquido do exercício (MZN 645,6 milhões) como também da conversão, ocorrida durante o ano, de acções preferenciais em acções ordinárias no montante de MZN 570 milhões;

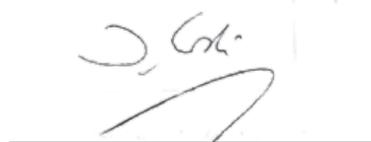
A empresa está em conformidade com o nível de índice de adequação de capital regulamentado pelo Banco Central. Para o final de 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta um índice de adequação de capital de 45,46%, acima do mínimo exigido.

3) Análise do relatório do auditor Independente

O auditor independente analisou as demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2019 que incluem a Demonstração da posição financeira, a Demonstração de Resultados, Demonstração

Maputo, 10 de Agosto de 2020

O Fiscal Único



Jeremias Cardoso Da Costa
Auditor Certificado | Licença No: 41/CA-OCAM/2012

RELATÓRIO DOS
AUDITORES

Relatório do auditor independente

Aos Accionistas do Banco Letshego, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Letshego, S.A. (o Banco) em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., apresentadas nas páginas 8 a 54, que compreendem:

- o balanço em 31 de Dezembro de 2019;
- a demonstração do rendimento integral para o ano então findo;
- a demonstração dos fluxos de caixa para o ano então findo;
- a demonstração das variações nos capitais próprios para o ano então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) da *International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)* e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética da IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

Outra informação

A Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento *BANCO LETSHEGO, S.A. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019*. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que a Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade do Banco prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que a Administração tencione liquidar o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

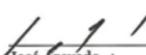
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pela Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Banco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers, Lda.

Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:


José Azevedo
Auditor Certificado 10/CA/OCAM/2012
Maputo, 28 de Maio de 2020

RELATÓRIO DOS
ADMINISTRADORES

Os administradores apresentam o seu relatório, em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para o exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2019, para ilustrar a situação actual do Banco Letshego, S.A. ("Banco Letshego" ou "Banco") nesta data. O Banco foi constituído em Fevereiro de 2009 e iniciou as suas operações em Fevereiro de 2011.

1. CONSTITUIÇÃO E SEDE

O Banco foi constituído em Moçambique, nos termos do Código Comercial, sob o Decreto-Lei n.º 2/2005, de 27 de Dezembro, Capítulo VI, e da Lei das instituições Financeiras n.º 15/99, de 1 de Novembro, alterada pela Lei n.º 9/2004, de 21 de Julho, e o regulamento de Instituições de Microfinanças, ao abrigo do Decreto n.º 57/2004, de 10 de Dezembro. Em Setembro de 2016, o Banco obteve a licença do Banco de Moçambique para operar como banco comercial.

2. VISÃO

O Banco Letshego pretende ser um provedor de serviços financeiros de retalho de classe mundial.

3. MISSÃO

A nossa missão é encorajar o trabalho árduo

e a honestidade, a coragem e o "fair play", não por caridade mas pelo bem comum de cada cidadão moçambicano.

4. NATUREZA DO NEGÓCIO

O Banco tem como actividade principal a concessão de empréstimos de curto e médio prazo, sem garantia, para os funcionários do sector público e privado.

O Banco também está licenciado para transaccionar todos os produtos e serviços de um banco comercial, aceita depósitos através da sua solução integrada "LetsGo" e iniciou a sua própria solução de agente bancário.

5. ADMINISTRADORES

Os Administradores que exerceram funções durante o ano, e até à data deste relatório, são os seguintes:

Nome	Cargo	Comentários
General Tobias J. Dai*	Presidente do CA	Nomeado em Janeiro de 2011
David Seie*	Membro não-executivo	Nomeado em Setembro de 2017
Jane Grab**	Membro não-executivo	Nomeado em Abril de 2016
Carlos J. Nhamahango*	Membro executivo (CEO)	Nomeado em Abril de 2018

* Moçambicano
** Suíço

6. GOVERNAÇÃO

A manutenção formal de elevados padrões de ética empresarial na condução dos negócios do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração. Para tal, o Banco aplica a estrutura de Governança Corporativa do Grupo aos órgãos subsidiários, que se encontra alinhada com o Código de Governança Corporativa King III e as melhores práticas recomendadas internacionalmente.

A estrutura de governança corporativa do grupo para os órgãos subsidiários abrange vários princípios e orientações de governação que devem ser seguidos pelo Banco, quanto à conduta do Conselho de Administração, composição e outros aspectos.

Tanto o Conselho de Administração como a gestão devem avaliar constantemente os procedimentos de controlo e de gestão de risco e garantir a implementação e revisão regular dos respectivos regulamentos.

Todos os administradores podem, no âmbito das suas funções, pedir aconselhamento profissional independente por conta do Banco.

O Conselho de Administração é responsável pela manutenção de controlos internos sólidos, pela gestão de risco, pela preparação e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento de todas as leis e regulamentos e pela implementação das políticas e objectivos

chave, por consequência tem um controlo completo e efectivo do Banco e é responsável pelo desempenho do Banco perante todas as partes interessadas.

7. GESTÃO

Conforme divulgado na primeira página deste Relatório, o Conselho de Administração é composto por quatro Administradores, três não-executivos e um executivo.

O Administrador executivo é o Administrador Delegado do Banco e dois dos Administradores não-executivos são independentes.

O Banco Letshego tem como Conselho Fiscal, um Fiscal Unico, que reporta à Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal é responsável por examinar as demonstrações financeiras e outros relatórios do Banco e supervisionar as responsabilidades legais e estatutárias do Conselho de Administração, pelo menos trimestralmente, entre outras funções relacionadas com a supervisão do controlo interno do Banco.

8. ESTRUTURA ACCIONISTA

38.000.000 acções ordinárias autorizadas de MZN 30 cada.

A estrutura accionista do Banco Letshego é a seguinte:

	2019	2018
Accionista	MZN	MZN
Letshego Holding Limited	99.61	99.23
Timbila Design, Lda	0.17	0.34
General Tobias Joaquim Dai	0.09	0.19
Shawn Bruwer	0.08	0.16
Joaquim Mataruca	0.04	0.08


Banco Letshego

A Letshego Holdings Limited é uma entidade constituída na República do Botswana e cotada na Bolsa de Valores do Botswana.

9. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO

A Administração pretende manter o crescimento estável dos seus activos de rendimento, através da diversificação em novos produtos e serviços, publicidade e melhoria da rede de distribuição no país através de agentes directos de vendas e agenciamento bancário.

Os planos incluem o crescimento da rede de agentes, a captação de mais depósitos, a oferta de soluções simples e acessíveis e uma agenda de inclusão financeira.

10. PERFORMANCE DO EXERCÍCIO

O Banco obteve um resultado líquido do exercício que ascendeu a 646 milhões de meticaís (2018: 379 milhões de meticaís). Em 31 de Dezembro de 2019, o total de activos é de 9 800 milhões de meticaís (2018: 8 191 milhões de meticaís), impulsionado sobretudo pelo aumento da carteira de crédito a clientes.

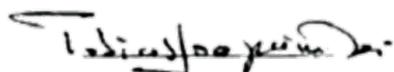
11. RESULTADOS E DIVIDENDOS

Durante o exercício, o Banco obteve um resultado líquido de 646 milhões de meticaís em 31 de Dezembro de 2019 (2018: 379 milhões de meticaís). O Conselho de Administração não propõe qualquer distribuição de dividendos relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

12. SOLVÊNCIA

O Conselho de Administração confirma que as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas e que as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade.

Em representação do Conselho de Administração

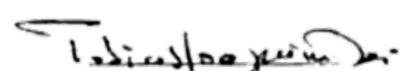


Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., que compreendem o balanço a 31 de Dezembro de 2019, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo relevante para a preparação e apresentação adequada e apropriada de demonstrações financeiras que se encontrem isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e por manter registos



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que o Banco dispõe de recursos adequados para prosseguir a sua actividade operacional num futuro previsível.

A situação de solvência do Banco a 31 de Dezembro de 2019 encontra-se descrita na nota 6 g) das demonstrações financeiras.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas compreendem os administradores e o pessoal-chave da gestão do Banco bem como entidades e/ou administradores. Os saldos e transações com partes relacionadas foram divulgadas nas notas 28 e 29 das demonstrações financeiras.

14. BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS

Benefícios pós-reforma

Todos os funcionários do Banco encontram-se incluídos num Fundo de Contribuição Definida (INSS) em que o Banco contribui com 4% e os funcionários com 3% do seu salário bruto, sem que exista uma obrigação legal ou construtiva de contribuir com outros montantes.

15. AUDITORES

A PricewaterhouseCoopers, Lda. completou o ciclo contratual em 2019. Uma proposta para a nomeação de novos auditores independentes do Banco para o ano que termina em 31 de Dezembro de 2020 será submetida à Assembleia Geral Anual.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

O surto do Covid-19 (Coronavirus) ocorreu num momento próximo da data deste relatório e continua a evoluir. A avaliação inicial sobre o impacto do Covid-19 encontra-se descrita na nota 30.

contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os administradores efectuaram uma avaliação da capacidade do Banco em manter-se a operar segundo o princípio da continuidade, não tendo identificado motivos para não acreditar que o Banco não continuará a operar neste pressuposto no futuro previsível.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 27 de Maio de 2020 e serão assinadas em seu nome por:



Carlos J. Nhamahango
CEO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Activo	Notas	2019	2018
		MZN	MZN
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	717,073,291	479,686,665
Disponibilidades em outros bancos	8	910,577,807	334,648,016
Activos financeiros	9	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	10	7,791,269,185	7,250,758,677
Activos por impostos diferidos	28.1	13,542,027	12,639,208
Outros activos tangíveis	11, 13.1	180,543,876	34,096,818
Activos intangíveis	12	45,925,951	48,918,525
Outros activos	14	134,404,631	24,310,832
Total de activos		9,799,664,233	8,191,386,206

Passivo e capital próprio	Notas	2019	2018
		MZN	MZN
Depósitos de clientes	15	1,654,312,920	1,174,377,899
Empréstimos de outros bancos	16	2,084,947,539	1,564,850,168
Passivos por impostos correntes	27.3	187,119,449	52,579,945
Outros passivos	17	306,875,912	185,585,768
Acções preferenciais	18	1,613,266,811	2,169,077,582
Dívida subordinada	19	190,038,518	498,656,652
Total do passivo		6,036,561,149	5,645,128,014

Capital próprio	Notas	2019	2018
		MZN	MZN
Capital social	20	1,140,000,000	570,000,000
Prémio de emissão	20	524,000	524,000
Reservas	21	298,663,911	240,677,713
Resultados transitados		1,678,272,929	1,356,498,902
Resultado líquido do exercício		645,642,244	378,557,577
Total do capital próprio		3,763,103,084	2,546,258,192
Total do passivo e do capital próprio		9,799,664,233	8,191,386,206

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Notas	2019	2018
		MZN	MZN
Juros e rendimentos similares	22	2,631,680,910	2,377,496,730
Juros e encargos similares	22	(1,005,381,596)	(1,119,034,448)
Margem financeira		1,626,299,314	1,258,462,282
Imparidade de crédito	10	16,395,697	(100,190,001)
Margem financeira após imparidade de crédito		1,642,695,011	1,158,272,281
Rendimento de taxas e comissões	23	141,499,340	52,840,605
Gastos com taxas e comissões	23	(177,830,699)	(132,695,655)
Resultado de taxas e comissões		(36,331,359)	(79,855,050)
Resultados de reavaliação cambial		1,133,402	(1,174,147)
Outros resultados operacionais	24	74,561,444	(867,804)
Produto bancário		1,682,058,498	1,076,375,280
Gastos com pessoal	25	(207,950,636)	(161,911,236)
Gastos gerais administrativos	26	(407,391,197)	(329,292,369)
Depreciações e amortizações	11, 12, 13	(84,015,735)	(27,880,542)
Resultado antes de imposto		982,700,930	557,291,133
Imposto sobre o rendimento	27	(337,058,686)	(178,733,556)
Resultado líquido do exercício		645,642,244	378,557,577
Outros rendimentos integrais		-	-
Rendimento integral do exercício		645,642,244	378,557,577



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Reserva de pagamentos baseados em acções	Resultados transitados	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	213,970,020	524,000	203,673,731	16,982,026	1,393,502,884	1,828,652,661
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	378,557,577	378,557,577
Transferência para reserva legal	-	-	37,003,982	-	(37,003,982)	-
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	356,029,980	-	-	-	-	356,029,980
Plano de incentivo de longo-prazo	-	-	-	(16,982,026)	-	(16,982,026)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	570,000,000	524,000	240,677,713	-	1,735,056,479	2,546,258,192
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	645,642,244	-
Transferência para reserva legal	-	-	56,783,550	-	(56,783,550)	645,642,244
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	570,000,000	-	-	-	-	570,000,000
Plano de incentivo de longo-prazo	-	-	-	1,202,648	-	1,202,648
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1,140,000,000	524,000	297,461,263	1,202,648	2,323,915,173	3,763,103,084

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

		2019	2018
	Notas	MZN	MZN
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos/(pagamentos) de juros		1,701,994,160	1,272,793,542
Recebimentos/(pagamentos) de taxas e comissões	22	(36,331,359)	(79,855,050)
Pagamentos a funcionários e fornecedores		(614,139,185)	(491,203,605)
Impostos pagos	26	(206,876,811)	(102,728,606)
Varição líquida do crédito a clientes		(524,114,811)	(1,292,554,662)
Varição líquida de recursos de clientes		479,935,021	1,101,252,116
Varição líquida de outros activos		(110,996,618)	53,211,305
Varição líquida de outros passivos		40,477,869	53,453,505
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		729,948,266	514,368,545
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de outros activos tangíveis	11	137,663,815	(25,304,065)
Perda líquida na alienação de activos tangíveis	11	(214,691)	10,194,944
Aquisição de activos intangíveis	12	(5,427,236)	(2,995,855)
Perda líquida na alienação de activos intangíveis	12	1,008,053	3,415,419
Transferência	11-12	(2,626)	5,590,572
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(142,300,315)	(9,098,985)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos		1,489,417,688	2,529,480,408
Reembolso de empréstimos		(1,263,749,222)	(2,378,030,145)
Pagamento de cupões de títulos de dívida		-	(89,529,535)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		225,668,466	61,920,728
Caixa e equivalentes de caixa			
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		813,316,417	567,190,288
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		814,334,681	247,144,393
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1,627,651,098	814,334,681
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	717,073,291	479,686,665
Disponibilidades em outros bancos	8	910,577,807	334,648,016

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 O Banco

O Banco Letshego, S.A. ('Letshego Moçambique' ou Banco) tem sede em Moçambique, no edifício Okapi Piazza, Avenida Albert Lithuli, nº 15, 6.º andar, Maputo.

O Banco tem como actividade principal a concessão de empréstimos de curto e médio prazo sem garantias e empregados do sector público.

2 Base de apresentação

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Conformidade com as NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As demonstrações financeiras estão em conformidade com as NIRF emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados na moeda do ambiente económico principal em que o Banco opera, designada por moeda funcional.

As demonstrações financeiras são apresentadas em meticais (MZN), que é a moeda de apresentação do Banco Letshego.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF exige que a

Administração faça julgamentos, estimativas e crie pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores reportados dos activos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e os pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e em vários outros factores considerados razoáveis nas circunstâncias, cujos resultados constituem a base para efectuar julgamentos acerca dos valores contabilísticos de activos e passivos, que não seriam evidentes a partir de outras fontes. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afectar apenas esse período, ou no período da revisão e períodos futuros se a revisão afectar os períodos actuais e futuros.

As informações acerca de estimativas significativas na aplicação das políticas contabilísticas estão descritas na Nota 5 das demonstrações financeiras.

3 Políticas contabilísticas significativas

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Alterações de políticas contabilísticas:

Locações

O Banco aplicou a IFRS 16 - Locações pela primeira vez no presente exercício (substituindo a IAS 17 - Locações: Reconhecimento e Mensuração).

Como resultado, as políticas contabilísticas aplicáveis às locações foram alteradas. As novas alterações ou interpretações que entraram em vigor durante o ano em curso tiveram um impacto material, veja-se a nota 4.a.

b) Rendimentos e encargos de juros

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares são reconhecidos em resultados através do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ou passivo financeiro, ou, quando apropriado, durante um período mais curto, para a quantia registada do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas sem considerar as perdas futuras de crédito esperadas.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos da transacção e os honorários pagos ou recebidos, que constituem, assim, uma parte integrante da taxa de juro efectiva.

Os custos da transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares apresentados na demonstração do rendimento integral incluem os juros de activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e são calculados com base na taxa de juro efectiva.

Os rendimentos com juros de depósitos são reconhecidos numa base de acréscimo de acordo com a taxa de juro acordada com a respectiva instituição financeira.

c) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros mais significativos do Banco são os seguintes:

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados

num mercado activo.

Os empréstimos e contas a receber compreendem os adiantamentos a clientes, outras contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Adiantamentos a clientes

Os adiantamentos a clientes são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados num mercado activo e que o Banco não pretende vender imediatamente ou no curto prazo.

Os adiantamentos para clientes são mensurados inicialmente ao justo valor, acrescido dos custos directos incrementais da transacção, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Outras contas a receber

As contas a receber incluem os depósitos e outros valores a receber que decorrem da actividade corrente. São inicialmente mensurados ao justo valor, acrescidos dos custos directos incrementais da transacção, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efectiva.

Caixa e equivalente de caixa

Para o propósito da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e equivalentes de caixa inclui o dinheiro em caixa e os depósitos à ordem em instituições financeiras.

Os descobertos bancários que são reembolsáveis a pedido e fazem parte integrante da gestão de caixa do Banco são incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

Os montantes em caixa e equivalentes de caixa são registados no balanço, ao custo amortizado.

Activos disponíveis para venda

Os activos disponíveis para venda são activos não derivados que são designados nesta categoria ou que não têm classificação em nenhuma das outras categorias.

São incluídos em activos não circulantes, a menos que o investimento tenha vencimento, ou a administração pretende aliená-lo, num prazo de doze meses a partir da data do balanço.

Os activos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente mensurados ao justo valor e os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor são reconhecidos em outros rendimentos integrais e permanecem no capital próprio até que o activo seja alienado ou se encontre em situação de imparidade.

Os dividendos de instrumentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração do rendimento integral quando é estabelecido o direito de recebimento pelo Banco.

Passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem os empréstimos, os depósitos de clientes, as garantias em numerário e os fornecedores e outras dívidas a pagar.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os empréstimos e depósitos de clientes são as fontes de financiamento do Banco, são inicialmente mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos directos incrementais da transacção e subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Outras contas a pagar

As obrigações relativas a outros valores a pagar que costumam ser liquidados entre 30 e 90 dias são mensurados ao custo porque se entende que este é o justo valor da contraprestação que irá ser paga pelo Banco pelos bens e serviços recebidos facturados ou não facturados.

Garantias em numerário

As garantias em numerário consistem em numerário recebido como garantia para adiantamentos a clientes e são retidas até

que o empréstimo ao cliente seja totalmente liquidado altura em que o saldo é reembolsado ao cliente.

A garantia em dinheiro só é imputada a um saldo de empréstimo quando este saldo é considerado irrecuperável.

Reconhecimento

O Banco reconhece os activos e passivos financeiros na data em que são originados ou na data em que ocorre a negociação e o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento

O Banco desreconhece um activo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo, quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o activo financeiro são transferidos, através de uma transacção em que se transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade financeira, ou quando o banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não mantém o controlo do activo financeiro.

Qualquer participação nos activos financeiros transferidos que seja criada ou retida pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencem.

O Banco efectua transacções em que transfere activos reconhecidos no balanço, mas retém todos os riscos ou benefícios dos activos transferidos, ou de uma parte deles.

Se todos, ou substancialmente todos, os riscos e benefícios forem retidos os activos transferidos não serão desreconhecidos do balanço.

Nas transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro, o activo é desreconhecido quando se perde o controlo sobre o activo.

Nas transferências em que o controlo sobre o activo é retido, o Banco continua a reconhecer o activo, na medida do seu envolvimento continuado, que é determinado pela extensão da exposição a alterações no valor do activo transferido.

Compensação

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos as respectivas amortizações, mais ou menos a amortização acumulada de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor recuperável na maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva, menos qualquer redução por imparidade.

As receitas e despesas são apresentadas em base líquida somente quando permitido pelas normas contabilísticas ou por ganhos e perdas decorrentes de um grupo de transacções similares.

Mensuração de custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos as respectivas amortizações, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor recuperável na maturidade, menos qualquer redução por imparidade.

A determinação do justo valor de activos e passivos financeiros é baseada em preços de mercado cotados ou nas cotações de preços de revenda de instrumentos financeiros negociados em mercados activos.

Para todos os outros instrumentos financeiros, o justo valor é determinado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem técnicas de determinação do valor actual líquido, fluxos de caixa descontados e comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis de mercado e modelos de avaliação.

O Banco usa modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros comuns e mais simples, como swaps de taxa de juro. Para estes instrumentos financeiros, os dados inseridos nos modelos são observáveis no mercado.

Quando se inicia a transacção, o instrumento financeiro é reconhecido pelo justo valor.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento é normalmente o preço da transacção, por se entender ser o justo valor da contrapartida dada ou recebida.

O valor obtido através do modelo de avaliação pode diferir do preço da transacção e esta diferença inicial, geralmente um aumento no justo valor indicado pelas técnicas de avaliação, é reconhecida em resultados dependendo dos factos e circunstâncias individuais de cada transacção e nunca depois de os dados de mercado se tornarem observáveis.

O valor apurado por um modelo ou outra técnica de avaliação é ajustado em função de factores diversos, adequados às circunstâncias, porque as técnicas de avaliação não reflectem adequadamente todos os elementos que os participantes do mercado levam em consideração numa transacção.

Tais factores, podem ser incorporados para reflectir determinados riscos, tais como spreads bid-ask, riscos de liquidez e outros. A administração acredita que estes ajustamentos de avaliação são necessários e apropriados para instrumentos financeiros contabilizados pelo justo valor.

Identificação e mensuração de imparidade

As imparidades nos termos da IFRS 9 são determinadas com base num modelo de Perda de Crédito Esperada (ECL), em oposição a um modelo de perda incorrida utilizado na IAS 39.

O modelo ECL aplica-se a activos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (FVOCI), recebíveis de locação e determinados compromissos de empréstimo bem como contratos de garantia financeira.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em qualquer uma das seguintes bases:

- ECLs de 12 meses: são uma parte das perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro e representam o montante das perdas de crédito esperadas que resultem de eventos de incumprimento esperados durante o período de 12 meses após a data de relato.

- ECLs vitalícias: são ECLs resultantes de todos os possíveis eventos padrão durante a vida esperada de um instrumento financeiro.

O Banco reconhece uma provisão para ECLs de 12 meses ou vitalícias se houver um aumento significativo no risco de crédito (SICR) desde o reconhecimento inicial. Os indicadores de SICR incluem qualquer um dos seguintes:

- 30 dias de presunção refutável em atraso;
- Comportamento histórico de incumprimento no período de 1 a 30 dias (bucket 1);
- Atrasos técnicos/operacionais com prova de que o atraso subsiste após a correcção do erro técnico/operacional;
- Mudanças adversas significativas nas condições comerciais, financeiras e/ou económicas em que o cliente opera.

Mensuração das ECL

A medição das ECLs reflecte um resultado

ponderado pela probabilidade, valor do dinheiro no tempo e as melhores informações prospectivas disponíveis do Banco.

Este resultado considera a possibilidade de ocorrer uma, ou não ocorrer nenhuma, perda de crédito, mesmo se a possibilidade da tal ocorrência for baixa.

As perdas de crédito são medidas com base no valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos nos termos do contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber). As ECLs são descontadas à taxa de juro efectiva do activo financeiro.

A avaliação da ECL de um activo financeiro ou carteira de activos financeiros implica estimativas da probabilidade de ocorrência de incumprimento e de correlações de incumprimento entre as contrapartes.

O Banco mede a ECL usando a probabilidade de incumprimento (PD), a exposição aquando do incumprimento (EAD) e a perda pelo incumprimento (LGD). Estas três componentes são consideradas juntas e ajustadas em função da probabilidade do incumprimento.

O cálculo da ECL incorpora informações prospectivas. O Banco realizou análises históricas e identificou as principais variáveis económicas que têm impacto no risco de crédito e na ECL para cada carteira ao nível subsidiário. Essas variáveis económicas e o respectivo impacto no PD, EAD e LGD não variam por instrumento financeiro.

d) Locações

Locações operacionais (aplicável antes de 1 de Janeiro de 2019)

O Banco classifica as locações como operacionais se o locador retiver efectivamente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são imputados à demonstração de resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

Locações (a partir de 1 de Janeiro de 2019)

No início de um contrato, o Banco avalia se esse contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de uma retribuição.

Banco como locatário

O Banco aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as locações, excepto para locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor.

O Banco reconhece passivos de locações para efectuar pagamentos de locações e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes.

Activo de direito de uso

O Banco reconhece activos de direito de uso à data de início da locação (ou seja, à data em que o activo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por imparidade, e ajustados para qualquer remensuração dos passivos de locação.

O custo dos activos de direito de uso inclui o valor dos passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos da locação efetuados antes ou antes da data de início, deduzidos os incentivos recebidos.

Os activos de direito de uso são depreciados pelo método de quotas constantes pelo menor prazo do contrato de arrendamento e pela vida útil estimada dos bens, como segue: Imóveis, 2 a 5 anos.

Passivo de locação

Na data de início da locação, o banco reconhece

passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos da locação a serem efectuados pelo prazo da locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos substanciais) menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis de locações que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual.

Os pagamentos de locações também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo banco e pagamentos de multas pela rescisão do contrato, se os termos da locação reflectirem que banco exerce a opção de rescisão.

Os pagamentos variáveis das locações que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir inventários) no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, o banco utiliza sua taxa de juro incremental na data de início da locação, porque a taxa de juros implícita na locação não é prontamente determinável.

Após a data de início, o valor dos passivos de locação é aumentado para reflectir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efectuados.

Além disso, o valor contabilístico dos passivos de locação é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de utilização de activos por locação financeira de locações de curto prazo (ou seja, aquelas locações que têm um prazo de 12 meses ou menos a partir da data de início).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de activos de baixo valor a locações de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

O Banco reconhece os pagamentos da locação associados a estas locações como um gasto numa base de linha recta durante o prazo da locação.

e) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido que é reconhecido em resultados, com excepção dos valores que são reconhecidos directamente no capital próprio ou em outros rendimentos integrais.

i) Imposto corrente

O imposto corrente compreende o imposto esperado (a pagar ou a receber) sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajustamento ao imposto a pagar ou a receber respeitante a anos anteriores, mensurado com base nas taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço. O imposto corrente também inclui o imposto que resulte de dividendos.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre as quantias escrituradas dos activos e passivos para efeitos de relato financeiro e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias no reconhecimento inicial do activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e que não afecte nem a contabilidade nem o lucro tributável.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados, créditos

fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis, até ao ponto em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para serem utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos à data de cada balanço e reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal seja realizado.

O imposto diferido é mensurado com base nas taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas na data de balanço.

A mensuração do imposto diferido reflecte as consequências fiscais que resultam da forma como o Banco espera, à data de balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os impostos adicionais que decorram da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos no momento em que a responsabilidade de pagamento associada é reconhecida.

Estes montantes são geralmente reconhecidos em resultados uma vez que estão geralmente relacionados com rendimento decorrente de transacções que originalmente foram reconhecidas em resultados.

iii) Exposições fiscais

Ao determinar o montante do imposto corrente e diferido, o Banco considera o impacto das exposições fiscais, incluindo os impostos adicionais e os juros que possam ser devidos.

Esta avaliação baseia-se em estimativas e pressupostos e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

A disponibilidade de nova informação pode originar a alteração do julgamento feito pelo Banco sobre a adequação dos passivos fiscais existentes e por consequência eventuais mudanças nas obrigações fiscais podem ter impacto nos custos fiscais do período em que tal avaliação seja feita.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Os itens de caixa compreendem os saldos em numerário e os depósitos, incluindo os valores mantidos no Banco Central, e os outros activos com alta liquidez e maturidade até três meses, determinada a partir da data de aquisição, cujo risco de alteração no seu justo valor é insignificante e são usados pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo.

Os itens de caixa e equivalentes de caixa são apresentados pelo custo amortizado, no Balanço.

g) Crédito a clientes

O crédito a clientes é um activo financeiro não derivado com pagamentos fixos ou determináveis, que não é mantido para

	Vida útil	Taxa de depreciação
Computadores	3 anos	33.33%
Mobiliário de escritório	4 anos	25.00%
Equipamento de escritório	5 anos	20.00%
Melhorias em edifícios arrendados	3 anos	20.00%
Veículos	4 anos	25.00%

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos à data de cada balanço e ajustados se apropriado.

Quando o valor contabilístico de um activo é superior ao seu valor recuperável estimado, é registada uma perda por imparidade.

Os ganhos e perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação entre o recebimento da venda e o valor contabilístico e são reconhecidos líquidos de outros rendimentos na demonstração do rendimento integral.

Investimentos em curso

Os investimentos em curso compreendem:

- Custos incorridos no desenvolvimento em curso do sistema, mais concretamente do módulo personalizado relativo aos

negociação e que o Banco não tem intenção de vender imediatamente ou num futuro próximo. O crédito a clientes é inicialmente mensurado pelo custo amortizado, e pelos custos incrementais directamente atribuíveis à transacção, e subsequentemente mensurado pelo seu custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva menos perdas acumuladas, excepto quando o Banco opta por realizar o crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

h) Outros activos

Os outros activos compreendem os pagamentos antecipados e os depósitos que possam surgir durante o curso normal da actividade.

Os outros devedores são reconhecidos quando o Banco obtém o controlo de um recurso em resultado de eventos passados e a partir do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para o Banco durante o ano financeiro.

Os outros activos são inicialmente mensurados pelo justo valor mais os custos de transacção.

Após o reconhecimento inicial, as outras contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, deduzindo as perdas por imparidade acumuladas.

i) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados ao custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo inclui as despesas directamente atribuíveis à aquisição de um activo.

Se as partes significativas de um activo tangível tiverem diferentes vidas úteis, esses itens são contabilizados como um item separado.

Os ganhos e perdas provenientes da alienação são calculados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e a quantia escriturada do activo e reconhecidos em resultados.

Os custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que os benefícios económicos futuros dos gastos fluam para a entidade. Os encargos com obras e manutenção são registadas em custos, quando incorridos.

As melhorias em edifícios arrendados são amortizadas ao longo do prazo do contrato de arrendamento e referem-se as melhorias que são feitas em propriedades arrendadas.

A depreciação é calculada através da amortização do custo deduzido dos valores residuais estimados, utilizando o método de quotas constantes durante a vida útil estimada do bem, e é geralmente reconhecido em resultados.

As vidas úteis estimadas dos activos tangíveis mais expressivos significativos são as seguintes:

empréstimos e ao relato financeiro do Grupo.

Os custos associados a esse processo de desenvolvimento são reconhecidos como trabalhos em curso até o momento em que os sistemas estão disponíveis para uso;

Nesse momento, o respectivo elemento será transferido para a categoria apropriada de activo tangível e/ou intangível e depreciado pela respectiva vida.

- Custos incorridos na aquisição e desenvolvimento do activo até que esteja disponível para uso; Nesse momento, o respectivo activo será transferido para uma categoria apropriada e depreciado durante a vida útil estimada.

j) Activos intangíveis

Software

O software adquirido pelo Banco é contabilizado ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando o Banco é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software em moldes que gerem benefícios económicos futuros e quando pode mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados relativos ao software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis ao desenvolvimento do software, incluindo os custos de empréstimos que tenham sido capitalizados, e são amortizados durante a respectiva vida útil.

O software desenvolvido internamente é mensurado ao custo, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes relativos ao software são capitalizados somente quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem.

Todas as outras despesas são registadas quando incorridas. O software é amortizado com base no método das quotas constantes, através de resultados, durante a vida útil estimada e a partir da data em que está disponível para uso, por ser esta a que melhor reflecte o padrão esperado do consumo dos benefícios económicos incorporados. A vida útil estimada do software não ultrapassa dez anos.

Os métodos de amortização, vida útil e os valores residuais são reavaliados no final de cada exercício financeiro e ajustados, se necessário.

l) Imparidade de activos não financeiros

A data de cada balanço, o Banco revê as quantias registadas dos seus activos não financeiros para determinar se existe evidência objectiva de imparidade.

Se tal indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado e é reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada de um activo excede o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor de uso e o justo valor do activo menos os custos com a venda futura.

Ao avaliar o valor de uso, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados ao valor actual, usando uma taxa de desconto antes de impostos que é reflectida nas avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e nos riscos específicos para os activos.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Uma perda por imparidade de um activo que não seja o goodwill é revertida somente na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada, líquida de depreciação ou amortização, que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado e seja muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir tal obrigação.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, à taxa antes do efeito do imposto que reflecte a avaliação do mercado actual do valor temporal do dinheiro e, quando apropriado, o risco específico do passivo.

n) Custos com benefícios dos empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano

de benefícios pós-reforma em que o Banco paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais.

As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas em resultados, como um gasto, quando são devidas a título de serviços prestados antes do final do período de reporte.

O Banco contribui para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), em conformidade com os requisitos legais.

Dias de férias

Os direitos dos funcionários que respeitam a férias anuais são reconhecidos quando acumulados pelos funcionários, mediante um acréscimo da estimativa relativa às férias anuais por serviços que tenham sido prestados até à data de relato.

Incentivos e bónus

O Banco também tem implementado um esquema de incentivo e bónus aos funcionários em que o acréscimo se baseia numa política pré-determinada.

O acréscimo de incentivo e bónus a funcionários deve ser liquidado no prazo de doze meses. Pagamentos baseados em acções

O Banco tem um plano de incentivos de longo prazo que é liquidado através de acções. Os prémios de acções são concedidos a membros da Administração e ao pessoal-chave, e o número de acções atribuídas depende do alcance de determinadas metas não comerciais.

O justo valor das acções à data da sua atribuição é reconhecido como um custo com o pessoal, por contrapartida de um aumento no capital próprio, durante o período em que os funcionários são titulares condicionais das acções.

O valor reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número efectivo de acções atribuídas na data da sua atribuição.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios a curto prazo a funcionários são contabilizados como custo quando o serviço associado é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor que se espera pagar se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

o) Custos administrativos associados a salários

O Governo cobra custos administrativos relacionados com os descontos efectuados nos salários dos clientes de crédito.

Estes custos são recuperados através dos clientes e o Banco reconhece em resultados os custos administrativos que não é capaz de recuperar dos clientes.

p) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos à medida que são recebidos, líquidos de custos de transacção incorridos.

Nos períodos subsequentes, os empréstimos são registados pelo custo amortizado, utilizando o método do rendimento efectivo.

Qualquer diferença entre os recebimentos e o valor do reembolso é amortizada na demonstração do rendimento integral ao longo da vida dos empréstimos.

q) Dividendos

Os dividendos das acções ordinárias são reconhecidos no capital próprio, no período em que são aprovados pelos accionistas do Banco.

Os dividendos declarados após a data de reporte não são reconhecidos como um passivo no Balanço.

r) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são

convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente na data das transacções.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira à data de balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado pela taxa efectiva de juro e pagamentos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente na data em que o justo valor é determinado.

Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data da transacção. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

s) Taxas e comissões

O Banco obtém rendimentos de taxas e comissões de clientes e operações de crédito.

Os rendimentos de taxas e comissões e de custos que são parte integrante do juro efectivo em activos ou passivos financeiros são incluídos na mensuração da taxa de juro efectiva.

As taxas e comissões relacionados principalmente com a transacção e as taxas de serviço são reconhecidas em acréscimos quando o serviço é prestado.

t) Passivos contingentes

O Banco reconhece um passivo contingente quando identifica uma obrigação resultante de eventos passados cuja existência apenas será confirmada através da ocorrência de um ou mais eventos incertos que o Banco não controla na totalidade e quando não é provável que ocorra uma saída de recursos do Banco para liquidar a obrigação e o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente fiabilidade.

4 Normas adoptadas / ainda não adoptadas

O Banco adoptou as seguintes normas e alterações pela primeira vez no exercício que iniciou em 1 de Janeiro de 2017.

a) Novas normas e alterações adoptadas

O Banco adoptou pela primeira vez a IFRS 16 'Locações'. Um conjunto de outras novas interpretações ou alterações são também aplicáveis desde 1 de Janeiro de 2019 (incluindo a IFRIC 23) mas não têm um efeito material nas demonstrações financeiras do Banco.

O Banco não adoptou de forma antecipada normas e interpretações emitidas mas não efectivas.

Locações

A IFRS 16 substitui a IAS 17 'Locações', IFRIC 4 'Determinar se um acordo contém uma locação', SIC-15 'Locações Operacionais-Incentivos' e SIC- 27 'Avaliar a Substância das Transacções que Envolve a Forma Legal de uma Locação'.

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos na demonstração da posição financeira.

O banco possui obrigações de locações de instalações e equipamentos operacionais. Essas locações foram reconhecidas anteriormente de acordo com o IAS 17.

O banco adoptou a IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada, com a data da aplicação inicial de 1 de janeiro de 2019.

O banco também optou por usar as isenções de reconhecimento para contratos que, na data de início, tem um prazo de 12 meses ou menos (locações de curto prazo) e contratos para os quais o activo subjacente seja de baixo valor (activos de baixo valor).

Além disso, foi realizada uma avaliação para rever a composição dos pagamentos das locações em todas as subsidiárias para determinar se existem componentes que não sejam de locação.

Natureza e efeito da aplicação da IFRS 16

O Banco não adoptou antecipadamente a IFRS 16, pelo que a data efectiva de adopção é 1 de janeiro de 2019. A abordagem seguida foi a seguinte:

Impacto geral

O Banco possui obrigações de locações de aluguer de instalações e equipamentos operacionais. Esses arrendamentos foram mensurados anteriormente de acordo com o IAS 17.

O Banco optou por não reavaliar se essas locações atendem à definição de locação na adopção inicial do IFRS 16.

Além disso, foi realizada uma avaliação para rever a composição dos pagamentos das locações para determinar se existem componentes que não sejam de locação.

Em alguns casos, os pagamentos de aluguer incluem um valor adicional para as cobranças de serviços e são consideradas componentes que não são de locação (por exemplo, as relacionadas com serviços públicos). O banco optou por separar os componentes de locação e não de locação.

Balanço

A IFRS 16 elimina a classificação de locações como locações operacionais ou financeiras para locação.

Portanto, todas as locações são tratadas de maneira semelhante aos financiamentos que aplicam a IAS 17.

As locações são 'capitalizadas', reconhecendo o valor presente dos pagamentos da locação, apresentando-os como activos de locação (activos de direito de uso) ou em conjunto com os activos tangíveis.

O valor presente dos pagamentos futuros de locação é reconhecido como um passivo financeiro se os pagamentos de locação forem efectuados ao longo do tempo.

Demonstração de resultados

A IFRS 16 substitui a despesa linear de locação operacional das locações que aplicam a IAS 17 por uma taxa de depreciação para o activo de direito de uso (incluído nos custos operacionais) e uma despesa de juros sobre o passivo de locação (incluído nos custos financeiros). Essa alteração alinha o tratamento da despesa de locação para todas as locações.

Embora o custo de depreciação seja normalmente uniforme, a despesa de juros diminui ao longo da vida útil da locação à medida que os pagamentos são efectuados.

Isso resulta numa despesa total reduzida à medida que uma locação individual atinge a maturidade (vida útil).

Abordagem adotada pelo banco

A norma permite duas abordagens na adopção, sendo a abordagem retrospectiva completa e a abordagem retrospectiva modificada.

A retrospectiva completa requer a reexpressão dos números reportados no ano anterior, enquanto no último o ajustamento como resultado da adopção da norma é efectuado no ano actual.

O Banco optou pela abordagem retrospectiva modificada e, como tal, o efeito da nova norma foi contabilizado no ano actual e o efeito cumulativo da adopção da IFRS 16 foi reconhecido nos resultados transitados.

Factor de desconto

De acordo com a IFRS 16 'Locações', as taxas de desconto são usadas para determinar o valor presente dos pagamentos da locação usados para mensurar o passivo de locação.

As taxas de desconto também são usadas para determinar a classificação da locação para um locador e para mensurar o investimento líquido de um locador em uma locação.

Para os locatários, os pagamentos da locação devem ser descontados usando:

- a taxa de juros implícita na locação, se prontamente determinável; ou
- a taxa incremental.

Activo de direito de uso

Este é o direito do locatário de usar um activo durante a vigência da locação. O activo de direito de uso é mensurado pelo valor contabilístico na data de início da locação, mas descontado pela taxa incremental na data da aplicação inicial e é depreciado pelo prazo da locação.

Taxa de empréstimo incremental da locação Quando o locatário não puder determinar prontamente a taxa de juros implícita na locação, a taxa de desconto será a taxa incremental da locação.

A taxa de empréstimo incremental é uma taxa de juros específica para o locatário que reflete:

- o risco de crédito do locatário
- o prazo da locação
- a natureza e qualidade da segurança
- o valor 'emprestado' pelo locatário e
- o ambiente económico em que a transacção ocorre.

O banco adoptou a taxa de empréstimo incremental como factor de desconto.

Ajustamentos reconhecidos na adopção da IFRS 16	MZN
Locações operacionais divulgadas a 31 de Dezembro 2018	40,151,034
Desconto à taxa de empréstimo incremental na data da aplicação inicial	96,363,717
(Menos): Locações de curto prazo reconhecidas como despesa	(5,348,134)
(Menos): Locações de baixo valor reconhecidas como despesa	(5,845,679)
Passivo de locação reconhecido a 1 de Janeiro 2019	85,169,904
Passivos de locação corrente	27,878,827
Passivos de locação não corrente	57,291,077
	85,169,904

Mensuração do activo de direito de uso

Os activos de direito de uso foram mensurados pelo montante igual ao passivo de locação e dizem respeito aos seguintes tipos de activos:

Mensuração do activo de direito de uso	31-Dec-19	1-Jan-19
	MZN	MZN
Edifícios	91,375,749	85,169,904
	91,375,749	85,169,904

Ajustamentos reconhecidos no balanço a 1 de Janeiro de 2019

A alteração da norma afectou as seguintes rubricas do balanço:

Ajustamentos reconhecidos no balanço a 1 de Janeiro de 2019	MZN
Activo de direito de uso	85,169,904
Passivo de locação	85,169,904
Impacto nos resultados transitados a 1 de Janeiro de 2019	0

b) Normas emitidas mas não efectivas para o final de 2019 e que o Banco não adoptou antecipadamente

IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de materialidade' (a aplicar nos exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2020).

A alteração efectuada é referente à definição de materialidade e inclui o conceito de "ocultação" juntamente com os conceitos de "omissão" e "distorção" de informação na definição de materialidade e também esclarecer que os "utentes" referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de

Os factores de desconto levam em consideração as taxas de juro das instalações existentes, quando aplicáveis, e as taxas comerciais que as entidades bancárias poderiam oferecer aos seus credores se quisessem captar recursos.

O banco adoptou o expediente prático que permite às entidades aplicar a mesma taxa de desconto a uma carteira de locações com características semelhantes.

A taxa de empréstimo incremental de 18,5% foi aplicada em todo o banco no reconhecimento do passivo de locação na data da aplicação inicial.

O Banco aplicou os expedientes práticos disponíveis da seguinte maneira:

- usou uma única taxa de desconto para uma carteira de locações com características razoavelmente semelhantes;
- confiou na sua avaliação para determinar se as locações são onerosas;
- excluiu o custo direto da mensuração do activo de direito de uso na data da aplicação inicial.

Locações de curto prazo e de baixo valor

O banco optou por não reconhecer activos e passivos para locações com prazo de locação até 12 meses.

Essa decisão aplica-se apenas quando o portfólio total de locações semelhantes for desse teor.

O banco também optou por não reconhecer activos e passivos por locação de baixo valor para equipamentos operacionais.

Mensuração do passivo de locação

As remensurações das responsabilidades com a locação financeira foram reconhecidas como ajustamentos aos respectivos direitos de uso imediatamente após a data da aplicação inicial.

carácter geral definidos como 'investidores, credores existentes ou potenciais ou outros credores' que se baseiam nas demonstrações financeiras para obter uma parte significativa das informações necessárias.

Estrutura conceptual, 'Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas IFRS' (a aplicar nos exercícios que iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020).

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de diversas normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS

8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, a fim de esclarecer a aplicação das novas definições de activo / passivo e despesa / receita, além de algumas das características das informações financeiras. Essas alterações são retrospectivas, excepto se impraticáveis.

IFRS 3 (alteração), 'Definição de Negócio (a aplicar nos exercícios que iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020). A alteração revê a definição de negócio para contabilizar combinações de negócios.

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar outputs.

Os outputs agora são definidos como bens e serviços prestados aos clientes, que geram receita de investimento e outras receitas e excluem retornos como custos mais baixos e outros benefícios económicos para os accionistas.

São permitidos "testes de concentração" opcionais para avaliar se uma transação é a aquisição de um activo ou combinação de negócios.

IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma dos índices de referência das taxas de juro' (a aplicar nos exercícios que iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020).

Essas alterações fazem parte da primeira fase do projecto 'reforma IBOR' do IASB e fornecem certos benefícios em conexão com a reforma dos índices de referência das taxas de juro. Refere-se à contabilidade de cobertura (hedge accounting), em termos de:

- i) componentes de risco;
- ii) requisito 'altamente provável';
- iii) avaliação prospectiva;
- iv) teste de eficácia retrospectivo (para adoptantes da IAS 39); e
- v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, com o objetivo de que a reforma dos índices de referência das taxas de juro não cause o término da contabilidade de cobertura.

No entanto, qualquer ineficácia do hedge deve continuar a ser reconhecida na demonstração de resultados.

IFRS 17 (nova), 'Contratos de Seguro' (a aplicar nos exercícios que iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021).

Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades que emitem contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionárias.

A IFRS 17 baseia-se na mensuração actual de passivos técnicos em cada data de relato.

A mensuração actual pode basear-se numa "abordagem de bloco de construção" completa ou "abordagem de alocação premium".

O reconhecimento da margem técnica é diferente dependendo se é positivo ou negativo. O IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

O Conselho de Administração não antecipa que a adopção das normas e interpretações acima mencionadas terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

5 Estimativas e julgamentos da Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão formulou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados.

Os resultados efectivos poderão divergir destas estimativas. Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua e os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente.

A informação respeitante às estimativas e às principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras é descrita nos pontos seguintes.

a) Estimativas e julgamentos significativos
As áreas que envolvem estimativas significativas são:

- Outros activos tangíveis e activos intangíveis (notas 11 e 12) respectivamente – estimativa de vidas úteis e valores residuais;
- Impostos correntes (nota 27) – estimativa de activos e passivos por impostos correntes;
- Crédito a clientes (nota 10) – ver 5.a).i).

Os saldos que requerem que a gestão formule uma estimativa significativa incluem a avaliação da imparidade de crédito e valores a receber.

Apesar destas estimativas se basearem na melhor avaliação e conhecimento da gestão sobre a envolvente actual, podem divergir dos valores efectivamente verificados.

As estimativas são alvo de uma avaliação contínua e são baseadas em conhecimento histórico acumulado e outros factores, incluindo a expectativa face a eventos futuros que se espera que sejam razoáveis nas circunstâncias actuais.

O Banco revê regularmente a sua carteira de crédito e efectua julgamentos ao determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida tendo em conta informação observável que possa ter impacto nos fluxos de caixa futuros.

A metodologia e pressupostos utilizados para estimar os montantes e calendarização de fluxos de caixa futuros é revista regularmente de forma a reduzir o risco de existirem diferenças entre as estimativas de perda e as perdas

b) Imparidade de crédito a clientes

O Banco realiza estimativas e premissas que afectam os valores reportados dos activos e passivos no exercício financeiro seguinte.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias.

O Banco revê periodicamente a sua carteira de crédito (nota 10) e faz julgamentos para determinar se deve ser reconhecida uma perda por imparidade relativamente a dados observáveis que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar o valor e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistas regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas de perda e a experiência de perda.

As principais entradas no processo de modelo que exigem um julgamento significativo da administração incluem:

- Probabilidade de incumprimento (PD);
- Perda pelo incumprimento (LGD);
- Se o evento de perda, isto é, o momento do registo da imparidade, foi identificado atempadamente; e
- O período de emergência entre a ocorrência do evento e o reconhecimento da perda que decorre do evento de perda.

Resume-se, a seguir, a análise de sensibilidade sobre as perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2019 num cenário de alteração nas LGD e PD:

Estágios	Provisão para imparidade existente MZN	Impacto nas mudanças na LGD		Impacto nas mudanças na PD	
		(+) 5% MZN	(-) 5% MZN	(+) 5% MZN	(-) 5% MZN
Estágio 1: Perdas esperadas em 12 meses	25,563,453	31,629,122	19,497,783	80,464,228	4,768,095
Estágio 2: Perdas esperadas na duração de vida do crédito (Sem incumprimento)	18,753,299	23,203,063	14,303,536	21,163,139	16,366,629
Estágio 3: Perdas esperadas na duração de vida do crédito (Em incumprimento)	78,001,004	96,509,001	59,493,007	78,001,004	78,001,004
Total	122,317,756	151,341,186	93,294,325	179,628,371	99,135,728

Portanto, com base no acima exposto, um aumento na LGD ou PD teria um impacto adverso nos lucros do Banco.

6 Gestão do risco financeiro Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de gestão de capital

Esta narrativa apresenta informações sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos acima identificados e os seus objectivos, políticas e processos para a mensuração e gestão de cada risco.

(a) Estrutura de gestão de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco do Banco. O Conselho de Administração da Letshego Holdings Limited (a empresa-mãe) constituiu o Comité de Auditoria e de Risco do Grupo ("GARC"), o Comité de Recursos Humanos do Grupo ("GHRC"), o Comité de Investimento do Grupo ("GIC"), o Comité de Nomeações do Grupo ("GNC"), o Comité de Gestão do Grupo ("GMC"), o Comité de Risco do Grupo ("GRC") e o Comité Executivo do País ("EXCO"), que são responsáveis por desenvolver as políticas de gestão de risco do Banco nas diversas áreas.

Todos os Comités do Conselho de Administração são constituídos por membros executivos e não executivos, para além dos GMC e GRC da Letshego Holdings Limited, e do CMC que é constituído por administradores executivos e gestores séniores que reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas actividades.

A Estrutura de Gestão de Risco do Grupo de Empresas ("ERMF") e a Estrutura de Risco Operacional do Grupo ("GORF") foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, e pelas suas subsidiárias, para definir limites e controlos de risco apropriados e para monitorar os riscos e a adesão aos limites aprovados.

As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para reflectir as mudanças nas condições de mercado e nos produtos e serviços oferecidos.

O Grupo, através das suas normas e procedimentos de formação e gestão, pretende desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

O GARC é responsável pela monitorização do cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo e por rever a adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

O GARC é auxiliado nestas funções pela Auditoria Interna, que realiza revisões regulares e ad-hoc dos controlos e procedimentos de gestão de risco, e reporta os resultados ao GARC.

Os deveres e responsabilidades do GARC incluem a revisão da filosofia de riscos, a análise da estratégia e políticas recomendadas pelo EXCO e a análise dos relatórios do EXCO.

O Comité assegura a conformidade das políticas com o perfil de risco global do Grupo:

- revisão dos controlos sobre os riscos significativos;
- procedimentos para identificar os riscos do negócio e controlar o impacto no Grupo;
- políticas do Grupo para prevenir ou detectar fraude;
- políticas do Grupo para assegurar que o Grupo cumpre com os requisitos e regulamentos legais;
- eficácia operacional das políticas e procedimentos;
- monitorar a conduta ética do Grupo e do seu pessoal executivo e sénior;
- rever quaisquer declarações sobre normas éticas ou requisitos do Grupo e apoio no desenvolvimento dessas normas e requisitos;
- conformidade com os requisitos dos artigos dos estatutos e demais elementos relativos à constituição;
- conformidade com as leis e regulamentos de qualquer outro estatuto aplicável e órgãos de controlo;
- questões ambientais e sociais.

Comité de Gestão do Grupo (GMC)

O EXCO é presidido pelo Director Geral do Grupo. Os principais objectivos do EXCO são os seguintes:

- assegurar que são implementadas as estratégias de negócio do Grupo face à agenda colectiva e orçamento do Grupo e reportar sobre os progressos ao Conselho de Administração da empresa-mãe assim como identificar quaisquer riscos significativos ou questões atempadamente;
- monitorizar os desenvolvimentos externos na presença do Grupo (e globalmente em geografias que podem afectar o Grupo) bem como os riscos internos daqui decorrentes, para assegurar que são tomadas as medidas apropriadas para proteger a reputação e a licença do Grupo Letshego, bem como para mitigar potenciais perdas financeiras;
- promover uma cultura que se concentra numa experiência única com o cliente, inovação, medidas preventivas, desenvolvimento de pessoas e envolvimento das partes interessadas, sustentada por governação exemplar e controlo efectivo dos custos; e
- fornecer uma liderança unificada sobre a transformação chave, marca e outras iniciativas do negócio, através da elaboração e aprovação de respostas para ultrapassar os desafios geográficos e do negócio.

Comité de Risco do Grupo (GRC)

O GRC é presidido pelo Chefe responsável pelo Departamento de Risco e Qualidade e tem como foco a gestão de risco do Grupo, reportando ao GMC. Os principais objectivos do GRC incluem, entre outros, os seguintes:

- assegurar que o Grupo promove e mantém uma cultura de disciplina de gestão de risco,

antecipação e conformidade em todas as suas entidades.

- assegurar que o GORF é implementado em cada subsidiária, incluindo os limites de risco, e fornecer orientação sobre a forma como esta pode ser melhorada.

- fornecer um fórum para a visão geral dos principais riscos que afectam as várias subsidiárias, e o grupo como um todo, e os planos de mitigação propostos.

- monitorizar, mitigar e procurar reduzir a um nível de risco residual e aceitável os riscos associados com o crédito, mercado, financeiro (incluindo impostos e crime financeiro), operacionais, legais, recursos humanos, tecnologias de informação, de reputação, governação, política, conformidade regulamentar e quaisquer outras questões que possam surgir e que possam afectar negativamente as operações do Grupo.

- classificar as constatações e recomendações para o GMC, se necessário, sempre que existir um impacto negativo resultante de qualquer sanção por parte dos reguladores, perda de clientes em larga escala e de prejuízo para uma ou mais pessoas.

Funções de Gestão de Risco Empresarial e do Risco Operacional (ERMF e GORF)

O âmbito do trabalho envolvido na ERMF e GORF é determinar se a rede de gestão de risco do Grupo, controlo e processo de governação e controlo, tal como concebido e representado pela gestão, é adequado e funciona no sentido de assegurar que:

- os riscos são identificados e geridos de forma apropriada;

- a interacção com os vários grupos de governação dentro do Grupo são documentados e ocorrem de forma apropriada;

- a informação financeira significativa e operacional é correcta, fiável, e atempada;

- as acções dos funcionários estão em conformidade com as políticas, normas, procedimentos e leis e regulamentos aplicáveis;

- os recursos são adquiridos e aplicados economicamente, utilizados de forma eficaz, e adequadamente salvaguardados;

- os programas, planos e objectivos são aplicados de forma contínua;

- a qualidade e as melhorias contínuas são implementadas nos processos de gestão de risco e controlo do Grupo;

- as questões legislativas ou regulamentares significativas com impacto no Grupo são reconhecidas e encaminhadas de forma adequada e reportadas ao Grupo;

- os requisitos de secretariado do Banco e da Bolsa de Valores do Botswana são cumpridos;

- a formação do pessoal é contínua e adequada para satisfazer as normas do Grupo; e

- se estabelece uma ligação com os auditores externos para coordenar os programas de auditoria e suas exigências e normas.

As oportunidades para as melhorias do controlo da gestão e rentabilidade e imagem do Grupo devem ser identificadas durante as auditorias internas e externas e comunicadas ao nível adequado da gestão.

O responsável pela Auditoria Interna comunica e estabelece uma ligação com os auditores externos relativamente ao seu trabalho e às constatações do Departamento de Auditoria Interna.

O programa anual de auditoria interna, incluindo os recursos que são necessários para realizar o seu trabalho, é aprovado pelo GARC.

A monitorização contínua do trabalho realizado pelo Departamento de Auditoria Interna bem como o seu relato é realizado pelo GARC.

Os Responsáveis pela Auditoria Interna, Governação e Conformidade e os auditores externos comparecem às reuniões do Comité de Risco e de Auditoria do Grupo.

O Presidente do GARC tem o direito de convidar qualquer outro colaborador do Grupo.

O Responsável de Auditoria Interna e os auditores externos têm acesso irrestrito ao Presidente do GARC.

O Comité do GARC reúne-se pelo menos duas vezes por ano.

Comité de Recursos Humanos do Grupo (GHRC)

Os principais objectivos do GHRC são:

- monitorar e rever as políticas de remuneração do Grupo;

- assegurar que os directores executivos e gestores seniores são remunerados de forma apropriada e justa;

- assegurar que as estratégias de remuneração são cumpridas; e

- estabelecer metas de desempenho para a tabela de bónus do Grupo.

Os administradores executivos não desempenham nenhum papel respeitante a decisões de remuneração.

Comité de Investimento do Grupo (GIC)

O principal objectivo do GIC é fazer revisões críticas e recomendações ao Conselho de Administração sobre todos os novos investimentos estratégicos, e alienação de investimentos existentes quando necessário, nomeadamente quando ocorrem iniciativas de financiamento importantes do Grupo, incluindo o seguinte:

- o mecanismo para o investimento (início das operações, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos, etc);

- seleccionar os investimentos prioritários e não-prioritários;

- alienar os investimentos existentes quando os objectivos do investimento não são alcançados; e

- decidir sobre os mecanismos apropriados de financiamento no contexto da estratégia geral do Grupo;

- formular as políticas gerais de investimento do Grupo, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

- recomendar as orientações de investimento a adoptar pelo Conselho de Administração na prossecução dessas políticas; e

- monitorizar a conformidade geral das políticas de investimento, orientações e decisões estratégicas.

Aquando da aprovação do investimento pelo Conselho de Administração, o GARC e o Conselho de Administração são responsáveis por supervisionar a implementação dos riscos.

Comité de Nomeações do Grupo (GNC)

Os principais objectivos do GNC são os de prestar apoio ao Conselho de Administração no exercício das suas funções em relação ao seguinte:

- formular recomendações para o Conselho de Administração;

- implementar um processo formal de revisão do equilíbrio de competências, diversidade e eficácia do Conselho de Administração;

- identificar as competências necessárias para os indivíduos que apresentem tal necessidade, de uma forma justa e no sentido

de assegurar a eficácia e foco do Conselho de Administração;

- identificar e avaliar os candidatos para aprovação do Conselho de Administração, para preencher as vagas do Conselho de Administração à medida que estas forem surgindo;

- implementar os planos para a sucessão do Conselho de Administração; e

- indução dos administradores, avaliação de desempenho e desenvolvimento dos

administradores; e

- nomeação de administradores não executivos das subsidiárias, indicados periodicamente de acordo com a Estrutura de Governação Empresarial do Grupo para os Conselhos Subsidiários.

b) Activos e passivos financeiros

Classificação contabilística e justo valor

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico e o justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco:

	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	Total do valor contabilístico	Justo valor
31 de Dezembro de 2019	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	717,073,291	-	-	717,073,291	717,073,291
Disponibilidades em outros bancos	910,577,807	-	-	910,577,807	910,577,807
Activos financeiros	-	6,327,465	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	7,791,269,185	-	-	7,791,269,185	7,791,269,185
Outros activos	134,404,631	-	-	134,404,631	134,404,631
Total de activos financeiros	9,553,324,914	6,327,465	-	9,559,652,379	9,559,652,379
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	-	-	1,654,312,920	1,654,312,920	717,073,291
Empréstimos de outros bancos	-	-	2,084,947,539	2,084,947,539	910,577,807
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	306,875,912	306,875,912	306,875,912
Acções preferenciais	-	-	1,613,266,811	1,613,266,811	1,613,266,811
Dívida subordinada	-	-	190,038,518	190,038,518	190,038,518
Total de passivos financeiros	-	-	5,849,441,700	5,849,441,700	5,849,441,700

	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	Total do valor contabilístico	Justo valor
31 de Dezembro de 2018	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	479,686,665	-	-	479,686,665	479,686,665
Disponibilidades em outros bancos	334,648,016	-	-	334,648,016	334,648,016
Activos financeiros	-	6,327,465	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	7,250,758,677	-	-	7,250,758,677	7,250,758,677
Outros activos	24,310,832	-	-	24,310,832	24,310,832
Total de activos financeiros	8,089,404,190	6,327,465	-	8,095,731,655	8,095,731,655
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	-	-	1,174,377,899	1,174,377,899	1,174,377,899
Empréstimos de outros bancos	-	-	1,564,850,168	1,564,850,168	1,564,850,168
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	185,585,768	185,585,768	185,585,768
Acções preferenciais	-	-	2,169,077,582	2,169,077,582	2,169,077,582
Dívida subordinada	-	-	498,656,652	498,656,652	498,656,652
Total de passivos financeiros	-	-	5,592,548,069	5,592,548,069	5,592,548,069

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Banco se um cliente ou contraparte num instrumento financeiro falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais e resulta principalmente do crédito a clientes do Banco.

Para os efeitos dos relatórios de gestão de risco, o Banco considera e consolida todos os elementos da exposição ao risco de crédito (como sejam o risco de incumprimento pelos devedores, o risco do sector e o risco do país).

A concessão de empréstimos não garantidos a indivíduos formalmente empregados é o principal aspecto do negócio do Banco.

Contudo, a exposição ao risco de crédito e a gestão deste risco é fundamental para o Conselho de Administração.

O modelo que o Banco usa para mitigar este risco são os acordos com os empregadores, com base nos quais o empregador deduz o pagamento mensal do empréstimo directamente do salário do funcionário.

Este modelo de "código de dedução de salário" é usado exclusivamente pelo Banco.

Gestão de risco de crédito

Como referido acima, a actividade principal do Banco é a concessão de empréstimos sem garantia para pessoas formalmente empregadas.

O Conselho de Administração delegou a responsabilidade de supervisão do risco de crédito no Administrador Delegado e no departamento de crédito.

No entanto, esta supervisão deve ser vista à luz da estrutura geral de uso exclusivo dos "códigos de dedução de salário" como mecanismo de reembolso do empréstimo.

É da responsabilidade do Administrador Delegado garantir que as políticas do Banco relativas ao risco de crédito, capacidade financeira, salários líquidos mínimos e aderência aos níveis ou legislação sobre o pagamento dos salários líquidos sejam cumpridas com carácter permanente.

O Banco assegura que estes procedimentos são realizados como parte do processo de pedido de empréstimo e desembolso, seguindo-se a monitorização do desempenho da carteira de crédito pelo departamento de crédito com a assistência da Letshego Holdings Limited.

O departamento de crédito, reportando ao Administrador Delegado e apoiado pela Letshego Holdings Limited, é responsável pela gestão de risco de crédito do Banco.

A Letshego têm uma apólice de seguro de crédito global para a cobertura de qualquer risco potencial de crédito da carteira de crédito.

Uma taxa pré-determinada, aplicada a todos os empréstimos, é cobrada em cada parcela recebida de clientes e entregue à seguradora.

A seguradora indemniza o Banco pela falta de pagamento das dívidas dos clientes do Banco quando da impossibilidade de estes honrarem os termos de contractos de empréstimo.

Os seguintes riscos estão cobertos ao abrigo deste seguro: morte, invalidez, dívidas,

fraude, devedor empregador. A seguradora recebe mensalmente o prémio total retido e administra o fundo do qual se deduzem as taxas de administração e de licença e os custos fiscais. Ver a nota 13 destas demonstrações financeiras relativa a estes créditos.

Processo de pedido de empréstimo

O empregador participante não garante os empréstimos dos funcionários e só é obrigado a reter as prestações mensais a pagar do salário do empregado antes do salário ser pago na conta bancária do empregado.

As deduções são subsequentemente pagas ao Banco Letshego, directamente e numa base mensal, pelo empregador participante. Os recursos do empréstimo são electronicamente transferidos para a conta bancária do empregado para eliminar o risco de levar dinheiro em mão.

Os empréstimos são concedidos apenas aos empregados que são capazes de apresentar o extracto bancário dos últimos dois meses de salário e que tenham uma conta bancária activa. Este é um pré-requisito uma vez que os empréstimos não são pagos em numerário.

Os principais critérios considerados pelo Banco são a capacidade do candidato de cumprir com os seus compromissos financeiros e de permanecer com fundos suficientes para financiar as necessidades domésticas face ao empréstimo. O Banco aplica esses critérios a todos os clientes e estes são complementares às exigências regulamentares.

Os clientes do Banco são os funcionários dos empregadores participantes. Sempre que um empregador não é um empregador participante, o Banco Letshego formaliza a relação com esse empregador e obtém uma autorização de dedução que permite efectuar a dedução mensal no salário mensal dos funcionários.

Todos os empréstimos são reembolsáveis em parcelas iguais e mensais que são recebidas através da autorização da dedução ao salário (código de dedução de salário) concedida pelo empregador participante, ou seja, uma retenção na fonte.

Monitorização de cobranças mensais

Quando um cliente não tem fundos suficientes do seu salário líquido para satisfazer a prestação mensal do empréstimo, as razões para tal são imediatamente identificadas. Se o cliente não é mais funcionário do empregador, os esforços de recuperação são iniciados.

	2019	2018
Exposição ao risco de crédito	MZN	MZN
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	709,224,849	477,834,301
Disponibilidades em outros bancos	910,577,807	334,648,016
Activos financeiros	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	7,791,269,185	7,250,758,677
Activos por impostos diferidos	13,542,027	12,639,208
Outros activos	134,404,631	24,310,832
Total de activos sujeitos a risco de crédito	9,565,345,964	8,106,518,499
Activos não sujeitos a risco de crédito	234,318,269	84,867,707

Para efeitos de reporte da qualidade de crédito da carteira, os activos financeiros foram analisados conforme segue:

	Nem vencido nem com imparidade	Vencido mas sem imparidade	Vencido e com imparidade	(Menos) imparidade	Valor contabilístico
31 de Dezembro de 2019	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	709,224,849	-	-	-	709,224,849
Disponibilidades em outros bancos	910,577,807	-	-	-	910,577,807
Activos financeiros	6,327,465	-	-	-	6,327,465
Crédito a clientes	6,830,689,314	712,737,678	370,159,949	(122,317,756)	7,791,269,185
Outros activos	134,404,631	-	-	-	134,404,631
Total de activos sujeitos a risco de crédito	8,591,224,065	712,737,678	370,159,949	(122,317,756)	9,551,803,937

	Nem vencido nem com imparidade	Vencido mas sem imparidade	Vencido e com imparidade	(Menos) imparidade	Valor contabilístico
31 de Dezembro de 2018	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	477,834,301	-	-	-	477,834,301
Disponibilidades em outros bancos	334,648,016	-	-	-	334,648,016
Activos financeiros	6,327,465	-	-	-	6,327,465
Crédito a clientes	6,460,279,800	624,512,533	307,500,743	(141,534,399)	7,250,758,677
Outros activos	24,310,832	-	-	-	24,310,832
Total de activos sujeitos a risco de crédito	7,303,400,414	624,512,533	307,500,743	(141,534,399)	8,093,879,291

Se o cliente tiver mudado de emprego, para um empregador não participante, com o qual o Banco não tenha um "código de dedução", os mandatos de débito directo pré-autorizados são utilizados para recuperar os pagamentos de empréstimos através da conta bancária do cliente.

Se um cliente auferir um salário reduzido, por exemplo quando se trata de licença de estudo ou licença de maternidade, as amortizações dos empréstimos são reprogramadas para recomeçarem assim que o cliente retorne ao salário integral.

Acompanhamento de empréstimos vencidos

Para os empréstimos que vencem, o departamento de crédito segue os procedimentos de recuperação estabelecidos. Tratam-se, em certos casos, da nomeação de agentes legais para garantir julgamentos de dívida.

Aprovação de novos empregadores

Todos os novos empregadores estão sujeitos a alguns critérios de avaliação definidos antes dos acordos do código de dedução. A aprovação é feita por um subcomité da Letshego Holdings Limited.

Transacções não envolvendo numerário

Os desembolsos dos empréstimos são realizados electronicamente e os fundos são depositados directamente nas contas bancárias dos clientes. Reduz-se, assim, o risco de fraude e a complexidade do processo. Devido a esta metodologia apenas os clientes com contas bancárias podem ser aceites.

As auditorias regulares das unidades de negócio e processos de crédito são realizadas pelo Departamento de Gestão de Risco e Conformidade da Letshego Holdings Limited para garantir a conformidade com processos e procedimentos internos e requisitos regulamentares aplicáveis.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activo financeiro

Para os activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contabilístico.

A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, antes de se considerar qualquer garantia recebida e outros factores de redução do risco de crédito e de reconhecimento de imparidade.

Activos financeiros vencidos mas sem imparidade

Os empréstimos vencidos mas sem imparidade são aqueles em que os reembolsos contratuais se encontram vencidos na data de balanço

	2019	2018
Crédito a clientes	MZN	MZN
Vencido até 30 dias	388,822,042	361,993,853
Vencido entre 30 a 60 dias	196,663,125	175,007,530
Vencido há mais de 60 dias	127,252,511	87,511,150
Total vencido mas sem imparidade	712,737,678	624,512,533

Crédito com imparidade

A imparidade de empréstimos e títulos é relativa a empréstimos e adiantamentos em que o Banco determina que é provável que não sejam cobrados todos os juros devidos de acordo com os termos contratuais do empréstimo.

Empréstimos com condições renegociadas

Aplica-se quando o empregador não efectua uma dedução do empréstimo por falha não imputável ao cliente. Nestes casos, os empréstimos são reestruturados para reposicionar o empréstimo e não penalizar o cliente.

O número e o valor destes empréstimos foi nulo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, tal como já o tinha sido em 2018.

Imparidade: IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A introdução dos requisitos de imparidade da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, implementada em 1 de Janeiro de 2018, exige que as provisões para perdas por imparidade sejam consideradas numa base mais prospectiva e num âmbito mais amplo de instrumentos financeiros do que o previsto na IAS 39, com impacto significativo na situação financeira da Letshego Moçambique.

A medição envolve um aumento da complexidade do julgamento e a revisão dos perfis de risco.

A abordagem seguida pelo Banco é descrita abaixo:

Etapas gerais consideradas pelo Banco na aplicação da IFRS 9

As etapas a seguir ilustram as etapas gerais que a Letshego considerou ao implementar o IFRS 9.

1. Estabelecer a definição apropriada de incumprimento
2. Determinar o nível de avaliação (avaliação individual versus colectiva)
3. Determinar indicadores / medidas de aumento significativo no risco de crédito
4. Definir os limites para aumento significativo do risco de crédito
5. Determinar se o "baixo risco de crédito" será aplicado a determinados empréstimos
6. Identificar informações prospectivas relevantes e factores macroeconómicos
7. Identificar fontes apropriadas de informação prospectiva relevante e factores macroeconómicos
8. Incorporar informações prospectivas e vários cenários para avaliação de empréstimos em preparação
9. Estágio de empréstimos com base na avaliação prospectiva do aumento

mas relativamente aos quais o Banco acredita que a imparidade não é apropriada no caso específico, por exemplo, quando o cliente auferir um salário menor devido a uma licença de estudo.

significativo do risco de crédito

10. Determinar o método a ser usado para medir as perdas de crédito esperadas

11. Determinar o período de estimativa - tempo de vida esperado do instrumento financeiro

12. Estabelecer a probabilidade de incumprimentos para créditos nas fases 1 e 2.

13. Calcular a EAD

14. Identificar garantias relevantes e melhorias de crédito

15. Desenvolver cálculos para o LGD(incorporando garantias e reforços de crédito)

16. Incorporar informações prospectivas e vários cenários de avaliação

17. Considerar o valor do dinheiro no tempo e calcular as perdas de crédito esperadas

18. Identificar as modificações que ocorreram durante o período e determinar se cada modificação origina ou não um desconhecimento

19. Calcular as alterações nos ganhos ou perdas e nos empréstimos

20. Estabelecer e documentar os processos apropriados, governação e controlos internos para estimar as perdas esperadas de crédito

As exigências de imparidade são complexas e exigem julgamentos, estimativas e premissas da Administração.

Os principais conceitos e julgamentos levados em consideração são os seguintes.

Determinação de um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial A IFRS 9 requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas em 12 meses, i.e. a parcela das perdas de crédito que se espera que ocorram durante os próximos 12 meses e que respeitam a todo o período do crédito se o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (fase 1); perdas de crédito esperadas para instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial (fase 2) ou que estão com problemas de crédito (fase 3).

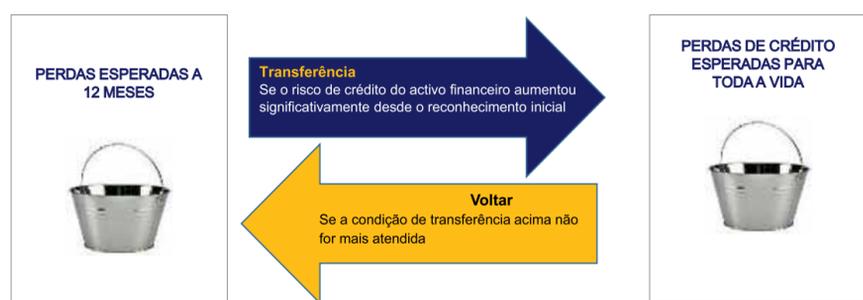
O Banco avalia quando ocorreu um aumento significativo no risco de crédito com base em elementos quantitativos e qualitativos.

Os requisitos da IFRS 9 para o escalonamento de empréstimos são resumidos nos dois diagramas abaixo

Diagrama 1



Diagrama 2



Elementos quantitativos

Com o uso de um scorecard interno, ou processo de classificação do risco, a Letshego pode avaliar os aumentos significativos no risco de crédito nos seus portefólios financeiros e microfinanceiros.

Isto envolve a definição de limites para determinar o que constitui um aumento significativo no risco de crédito à medida que um empréstimo se move ao longo da escala de classificação.

Com o scorecard ou a classificação de risco desenvolvida, a Letshego pode então determinar a probabilidade de incumprimento (PD) associada a essas classificações.

Dois tipos de PDs são considerados na IFRS 9:

- PDs de doze meses - Esta é a probabilidade estimada de ocorrência de um incumprimento durante os próximos 12 meses (ou sobre a vida remanescente do instrumento financeiro se for inferior a 12 meses), usada para calcular o ECL de 12 meses aplicável aos instrumentos financeiros no Estágio 1.

- PD vitalícia - trata-se da probabilidade estimada de ocorrência de um incumprimento durante a vida restante do instrumento financeiro, usada para fins de avaliação do estágio e também para calcular as ECLs vitalícias para as exposições do Estágio 2 e Estágio 3.

Elementos qualitativos

Contas que atendem aos critérios de "alto risco" do portfólio e estão sujeitas a um monitoramento mais próximo do crédito.

Critérios de Backstop

Contas com 30 ou mais dias de atraso. Os 30 dias de atraso devem ser tratados como um backstop, em vez de um dos principais impulsionadores das exposições em movimento para o estágio 2.

As exposições voltam ao estágio 1 quando deixam de se enquadrar nos critérios que definem o aumento significativo no risco de crédito e quando são cumpridos os critérios de cura usados para gerir o risco de crédito, sujeitas à actualização de todos os pagamentos e a evidência, por parte do cliente, da capacidade e vontade de efectuar os pagamentos futuros.

Informação prospectiva

A IFRS 9 é uma medida ponderada de probabilidade imparcial, que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis, usando informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço indevido na data de relato sobre eventos passados, condições actuais e previsões de condições económicas futuras.

A IFRS 9 requer o uso de factores prospectivos, ou indicadores preditivos, no cálculo da ECL, incluindo a avaliação dos estágios.

As informações prospectivas envolvem, por inerência, o julgamento da Administração na determinação de elementos essenciais, tais como os factores macroeconómicos que afectam os factores de risco PD, LGD e EAD de um empréstimo, a categoria de rating ou da carteira, conforme o caso, a previsão dos valores desses factores de risco durante um, dois ou mais anos, em função do prazo da carteira.

As fontes das informações prospectivas variam de país para país e todos os factores

macroeconómicos utilizados serão aprovados a alto nível, pelo comité de crédito, baseado também nos exercícios de correlação realizados.

Definição de incumprimento, activos com perda de crédito, baixas e reconhecimento de receita de juros

O incumprimento não é definido na IFRS 9. O Banco é responsável por esta definição e deve basear-se na sua própria definição usada na gestão interna de riscos do Banco.

A consideração cuidadosa de como o incumprimento é definido é importante uma vez que afecta o cálculo de PDs, LGDs e EADs que têm impacto nos resultados da ECL.

A definição mais simples é a de não cumprir um pagamento programado de capital ou juros, no entanto, essa definição tem modificações dependentes do tipo de produto ou empréstimo.

A definição de incumprimento deve ser consistente com a utilizada para fins internos de gestão de risco de crédito para instrumentos financeiros relevantes e devem-se considerar indicadores qualitativos, como por exemplo, a violação de compromissos, quando apropriado.

A incapacidade de pagar também pode ser considerada na avaliação qualitativa do incumprimento.

As indicações de incapacidade de pagamento incluem:

- a obrigação é colocada em estado de suspensão de juro;
- o Banco faz uma provisão específica ou anulação devido a uma indicação da diminuição da qualidade do crédito, após este assumir a exposição;
- o Banco vende a obrigação ou o valor a receber com uma perda relevante face ao montante do crédito;
- o Banco concorda com uma reestruturação da dívida e desta resulta uma diminuição material nos activos associados devido a acções de perdão de uma parte substancial da dívida, adiamento ou atraso dos pagamentos;
- o Banco entrou com pedido de falência do devedor em conexão com a obrigação de crédito; e
- o devedor procurou ou foi colocado em falência, daqui resultando um atraso ou uma prevenção no reembolso das obrigações relativas ao crédito.

A norma contém uma presunção refutável de que um incumprimento ocorre quando um empréstimo está vencido há mais de 90 dias e o Banco adoptou essa presunção.

Desconto

As perdas de crédito esperadas são descontadas à taxa de juro efectiva (EIR) no reconhecimento inicial, ou aproximada, e de forma consistente com o reconhecimento do proveito.

Para os compromissos de empréstimo, a EIR é a taxa que se espera aplicar quando o empréstimo é usado e o activo financeiro é reconhecido.

Técnicas de modelagem

As perdas de crédito esperadas (ECL) são calculadas pela multiplicação de três componentes principais, a PD, LGD e EAD,

descontadas à taxa de juros efectiva original. Para a avaliação de imparidade nos termos da IFRS 9, os Modelos de Imparidade de Moçambique são utilizados para determinar a PD, a LGD e EAD.

Para os estágios 2 e 3, o Banco aplica PDs ao longo da vida esperada da operação, e para o estágio 1 usa PDs de 12 meses. As ECLs da PD, EAD e LGD são modelados a um nível que considera a antiguidade entre outros factores de crédito.

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito baseia-se na curva PD inicial, que considera os diferentes riscos de crédito ao longo do tempo.

	2019	2018
Empréstimos e adiantamentos a clientes	MZN	MZN
Valor bruto	370,159,949	307,500,743
Provisão para imparidade	(78,001,004)	(98,169,925)
Valor de balanço	292,158,945	209,330,818

d) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro e taxas de câmbio, virem a afectar o justo valor ou fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros.

O risco de mercado resulta de posições abertas, taxas de juro, moeda estrangeira, ambas expostas a movimentações gerais e específicas de mercado gerais e a alterações no nível de volatilidade financeira.

O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, optimizando, ao mesmo tempo, o retorno sobre o risco.

Gestão do risco de mercado

A responsabilidade geral pela gestão do risco de mercado recai sobre a gestão do Banco com a assistência do Grupo de Auditoria e o Comité de Risco.

A gestão é responsável pelo desenvolvimento de políticas de gestão de risco detalhadas, sujeitas a revisão pelo Grupo de Auditoria e pelo Comité de Risco durante o decurso da implementação dessas políticas. O risco de taxa de câmbio é o risco de deterioração da posição financeira derivado de variações nas taxas de câmbio.

Renegociação de empréstimos

Os activos reestruturados em cumprimento ou em incumprimento são classificados no estágio 3, excepto quando se conclui que a concessão dada não originou uma diminuição da obrigação financeira, e que não se identificou nenhum outro elemento que integra a definição regulatória de incumprimento, caso em que o activo é classificado como estando no estágio 2. O período mínimo de estágio para passar para o estado de cura é de 6 meses.

Uma análise dos empréstimos e adiantamentos a clientes especificamente avaliados como estando em imparidade é a seguinte:

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e fluxos de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2019 o saldo em moeda estrangeira que o Banco tem no seu balanço refere-se a um depósito de USD 185 258,95 mantido na sua instituição bancária.

Risco de taxa de juro - é o risco de flutuação dos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de juro mercado, com impacto negativo na posição financeira do Banco.

A exposição ao risco de taxa de juro que está associada aos efeitos das flutuações nas taxas de mercado tem impacto na posição financeira e nos fluxos de caixa e a caixa é gerida para assegurar que os excessos de liquidez são investidos em moldes que assegurem níveis máximos de retorno com risco mínimo.

No geral, os juros de adiantamentos a clientes são fixos enquanto que os juros de empréstimos são variáveis.

A tabela abaixo resume a exposição ao risco de taxa de juro através do agrupamento de activos e passivos categorizados pela primeira data da re-fixação contratual de juros ou maturidade.

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2019	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	709,224,849	-	-	-	7,848,442	717,073,291
Disponibilidades em outros bancos	910,577,807	-	-	-	-	910,577,807
Activos financeiros	-	-	-	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	-	-	-	-	7,791,269,185	7,791,269,185
Outros activos	-	-	-	-	134,404,631	134,404,631
Total de activos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	1,619,802,656	-	-	-	7,939,849,723	9,559,652,379
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	-	-	-	-	1,654,312,920	1,654,312,920
Empréstimos de outros bancos	2,084,947,539	-	-	-	-	2,084,947,539
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	306,875,912	306,875,912
Acções preferenciais	1,613,266,811	-	-	-	-	1,613,266,811
Dívida subordinada	190,038,518	-	-	-	-	190,038,518
Total de passivos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	3,888,252,868	-	-	-	1,961,188,832	5,849,441,700
Gap de taxa de juro	(2,268,450,212)	-	-	-	5,978,660,891	3,710,210,679

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2018	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46,019,120	-	-	-	106,871	46,125,991
Disponibilidades em outros bancos	201,018,402	-	-	-	-	201,018,402
Activos financeiros	-	-	-	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	-	-	-	-	7,250,758,677	7,250,758,677
Outros activos	-	-	-	-	77,522,137	77,522,137
Total de activos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	247,037,522	-	-	-	7,334,715,150	7,581,752,672
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	-	-	-	-	1,174,377,899	1,174,377,899
Empréstimos de outros bancos	1,567,377,394	-	-	-	-	1,567,377,394
Responsabilidades representadas por títulos	72,122,456	-	-	-	-	72,122,456
Outros passivos	-	-	-	-	132,132,263	132,132,263
Acções preferenciais	2,526,141,432	-	-	-	-	2,526,141,432
Dívida subordinada	327,697,139	-	-	-	-	327,697,139
Total de passivos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	4,493,338,421	-	-	-	1,306,510,162	5,799,848,583
Gap de taxa de juro	(4,246,300,899)	-	-	-	6,028,204,988	1,781,904,089

Sensibilidade a alterações nas taxas de juro sobre o financiamento recebido

	2019	2018
	MZN	MZN
Custo médio de financiamento	18.93%	22.55%
Impacto de um aumento de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	(53,102,120)	(49,641,134)
Impacto de uma redução de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	53,102,120	49,641,134

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que as operações não possam ser financiadas, e os compromissos financeiros não possam ser satisfeitos atempadamente, com uma boa relação custo-eficácia.

O risco resulta quer da diferença entre os activos e passivos quer da desproporção dos seus vencimentos.

A gestão de risco de liquidez lida com o perfil global do Balanço, os requisitos de financiamento do Banco e os fluxos de caixa.

Ao quantificar o risco de liquidez, são feitas simulações das projecções dos fluxos de caixa futuros e são postas em prática as acções necessárias para garantir que todos os compromissos de fluxos de caixa futuros do Banco são cumpridos com recurso a fundos gerados pelo Banco e a linhas de financiamento disponíveis noutras instituições financeiras.

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa a pagar pelo Banco de acordo com as maturidades contratuais remanescentes à data de balanço. Os valores reportados na tabela são os fluxos de caixa contratuais descontados.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de Dezembro de 2019	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	354,819,508	9,870,527	1,289,622,885	-	-	1,654,312,920
Empréstimos de outros bancos	-	-	-	2,084,947,539	-	2,084,947,539
Responsabilidades representadas por títulos	266,213,587	40,662,325	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	306,875,912
Acções preferenciais	-	-	570,000,000	560,000,000	483,266,811	1,613,266,811
Dívida subordinada	-	-	-	190,038,518	-	190,038,518
Total de passivos financeiros	621,033,095	50,532,852	1,859,622,885	2,834,986,057	483,266,811	5,849,441,700
Activos para gestão de risco de liquidez	1,654,398,242	18,690,491	161,898,359	3,729,214,020	1,149,370,716	6,713,571,828

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de Dezembro de 2018	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	541,096,213	5,063,455	628,218,231	-	-	1,174,377,899
Empréstimos de outros bancos	-	-	-	1,564,850,168	-	1,564,850,168
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	160,930,439	24,655,329	-	-	-	185,585,768
Acções preferenciais	-	-	570,000,000	560,000,000	1,039,077,582	2,169,077,582
Dívida subordinada	-	-	-	498,656,652	-	498,656,652
Total de passivos financeiros	702,026,652	29,718,784	1,198,218,231	2,623,506,820	1,039,077,582	5,592,548,069
Activos para gestão de risco de liquidez	847,077,903	18,690,491	161,898,359	3,729,214,020	1,149,370,716	5,906,251,489

O quadro acima mostra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros do Banco e os compromissos de empréstimos não reconhecidos de acordo com a maturidade contratual mais precoce possível.

Os fluxos de caixa esperados do Banco nestes instrumentos podem variar em função desta análise.

Por exemplo, são efectuadas actualizações e reuniões regulares com os financiadores do Banco para garantir que as facilidades e linhas de crédito permanecem abertas e que não se espera que todos os compromissos de empréstimo não reconhecidos sejam imediatamente utilizados.

f) Risco operacional

O risco operacional é o risco das perdas directas e indirectas resultarem de várias causas associadas aos processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Banco, e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os que resultam de exigências legais e regulamentares e de normas de comportamento empresarial geralmente aceites.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de forma a equilibrar as perdas financeiras e os danos à reputação do Banco com eficiência de custos e evitar procedimentos de controlo que restrinjam as iniciativas e a criatividade.

A principal responsabilidade pelo desenvol-

vimento e implementação de controlos para abordar o risco operacional é atribuída à gestão.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de normas globais do Banco para a gestão do risco operacional nas seguintes áreas que estão incluídas no departamento de Conformidade e Risco do Grupo:

- requisitos para a segregação de funções apropriada, incluindo a autorização independente das transacções;
- requisitos para a reconciliação e monitorização das transacções;
- cumprimento dos regulamentos e outros requisitos legais;
- documentação de controlos e procedimentos;
- requisitos para a avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e adequação dos controlos e procedimentos para mitigar os riscos identificados;
- requisitos para relato de perdas operacionais e elaboração de propostas de acções de remediação;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- formação e desenvolvimento profissional;
- normas de ética e de negócio; e
- mitigação do risco, incluindo seguro, onde o mesmo for eficaz.

O cumprimento das normas do Banco é suportado por um programa de revisões periódicas levadas a cabo pelo departamento de Conformidade e Risco do Grupo.

Os resultados das revisões de Auditoria Interna são discutidos com a gestão, com sumários submetidos à Auditoria do Grupo e Comité de Risco do Grupo e revisões periódicas posteriores para garantir a resolução das mesmas.

g) Gestão do capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo do que o conceito de capital próprio no balanço, são:

- cumprir os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique;
- salvaguardar a capacidade do Banco, em termos de continuidade das suas operações, para que possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e beneficiários para as restantes partes interessadas;
- manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

O rácio de adequação de capital e uso de capital regulamentar são monitorizados mensalmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas orientações do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal.

O Banco é obrigado a manter um rácio de capital mínimo igual a 12% dos seus fundos próprios que é composto por: prémios de emissão, lucros acumulados e reservas legais aprovadas, diferença entre as provisões calculadas segundo as NIRF e as calculadas para efeitos regulatórios e os resultados acumulados do período.

O Banco de Moçambique exige que o Banco mantenha um rácio de capital regulamentar e activos ponderados pelo risco de valor igual ou superior a 12%, aplicando-se regras de Basileia II.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados por meio de uma hierarquia de riscos do Banco e são classificados de acordo com a natureza dos activos reflectindo, assim, a estimativa do risco do crédito associada a cada activo e contraparte.

A tabela seguinte resume o cálculo do capital regulamentar do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 nos termos dos requisitos do Banco de Moçambique.

Fundos próprios de base (Tier 1)	2019	2018
	MZN	MZN
Capital social	1,140,000,000	570,000,000
Prémio de emissão	524,000	524,000
Reservas não distribuíveis	298,663,998	240,677,713
Resultados transitados	1,678,272,841	1,014,699,550
Menos: activos intangíveis	(45,925,951)	(48,918,525)
Menos: Insuficiência de provisões para imparidade	(442,754,303)	(315,787,648)
Total fundos próprios de base (Tier 1)	2,628,780,585	1,461,195,089
Acções preferenciais	526,649,734	730,597,545
Imparidade genérica de risco de crédito	849,200	745,084
Total capital regulamentar	3,156,279,519	2,192,537,718
Activos ponderados por risco	6,943,665,693	6,116,484,201
Rácio de solvabilidade	45.46%	35.85%

7 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

	2019	2018
	MZN	MZN
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		
Caixa	7,848,442	1,852,364
Disponibilidades em bancos centrais	709,224,849	477,834,301
	717,073,291	479,686,665

8 Disponibilidade em outros bancos

	2019	2018
	MZN	MZN
Disponibilidade em outros bancos		
Moeda Nacional		
Depósitos à ordem	899,187,827	298,556,415
Moeda estrangeira		
Depósitos à ordem	11,389,980	36,091,601
	910,577,807	334,648,016

9 Activos financeiros

	2019	2018
	MZN	MZN
Activos financeiros		
Investimento em capital não cotado - Sociedade Interbancária de Mocambique	6,327,465	6,327,465
	6,327,465	6,327,465

O Banco detém 0,5% do capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique. Este investimento está mensurado ao custo uma vez que não existe um valor de mercado activo para este investimento.

A Administração considera que o custo se aproxima do justo valor e não foi identificada nenhuma situação de imparidade neste investimento.

10 Crédito a clientes

	2019	2018
	MZN	MZN
Crédito a clientes		
Crédito bruto a clientes	7,913,586,941	7,392,293,075
Menos: Provisões e perdas por imparidade de crédito	(122,317,756)	(141,534,398)
	7,791,269,185	7,250,758,677

A totalidade dos clientes de crédito são funcionários do Governo de Moçambique.

Abaixo estão apresentadas algumas características da carteira de crédito a clientes:

	2019	2018
	MZN	MZN
Taxa média de juro dos créditos a clientes (anuais)	34,8%	35,5%
Taxa média de cobrança	98,3%	96,0%
Empréstimo mais alto (MZN)	2,500,000	1,800,000
Empréstimo mais baixo (MZN)	3,000	3,000
Prazo médio dos empréstimos (meses)	63	64
Número total de clientes	85,744	84,756

10.1 Movimento em provisões para perdas por imparidade

	2019	2018
	MZN	MZN
Movimento em provisões para perdas por imparidade		
Saldo de abertura	141,534,398	81,279,550
Imparidade do exercício	(16,395,697)	100,190,001
Abates de crédito	(2,820,945)	(50,731,436)
Ajustamento do ano anterior	-	10,796,283
Saldo de fecho	122,317,756	141,534,398
Estágio 1: Perdas esperadas em 12 meses	25,563,453	37,676,485
Estágio 2: Perdas por imparidade na duração da vida do crédito - sem incumprimento	18,753,299	5,687,988
Estágio 3: Perdas esperadas na duração de vida do crédito - em incumprimento	78,001,004	98,169,925

11 Outros activos tangíveis

	Equipamento informático	Equipamento e mobiliário de escritório	Melhorias em edifícios arrendados	Veículos	Direito de uso	Investimentos em curso	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Ao custo							
1 de Janeiro de 2019	44,361,597	31,157,784	15,593,574	38,542	-	3,942,503	95,094,000
Reconhecimento do activo de direito de uso pela adopção inicial da IFRS 16	-	-	-	-	85,169,904	-	85,169,904
Adições	53,181,281	6,707,173	785,360	-	53,854,281	23,135,720	137,663,815
Alienações	(7,430,438)	(414,930)	-	-	-	-	(7,845,368)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2019	90,112,440	37,450,027	16,378,934	38,542	139,024,185	27,078,223	310,082,351
Depreciação acumulada							
1 de Janeiro de 2019	(28,819,375)	(18,800,929)	(13,339,878)	(37,000)	-	-	(60,997,182)
Depreciação do exercício	(22,056,219)	(5,379,635)	(1,519,688)	-	(47,648,436)	-	(76,603,978)
Alienações	7,410,163	649,896	-	-	-	-	8,060,059
Ajustamentos / reclassificações	-	-	4,168	(1,542)	-	-	2,626
31 de Dezembro de 2019	(43,465,431)	(23,530,668)	(14,855,398)	(38,542)	(47,648,436)	-	(129,538,475)
Saldo líquido	46,647,009	13,919,359	1,523,536	-	91,375,749	27,078,223	180,543,876

	Equipamento informático	Equipamento e mobiliário de escritório	Melhorias em edifícios arrendados	Veículos	Direito de uso	Investimentos em curso	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Ao custo							
1 de Janeiro de 2018	39,397,368	23,728,333	13,528,362	37,000	-	2,471,224	79,162,287
Adições	15,366,838	4,084,137	1,910,587	-	-	3,942,503	25,304,065
Alienações	(14,512,215)	(86,009)	-	-	-	-	(14,598,224)
Transferência	-	2,815,159	-	-	-	(2,471,224)	345,477
Ajustamentos / reclassificações	4,109,606	616,164	154,625	1,542	-	-	4,880,395
31 de Dezembro de 2018	44,361,597	31,157,784	15,593,574	38,542	-	3,942,503	95,094,000
Depreciação acumulada							
1 de Janeiro de 2018	(20,446,706)	(13,352,564)	(9,154,238)	(35,459)	-	-	(42,988,967)
Depreciação do exercício	(12,162,499)	(5,023,582)	(3,234,501)	-	-	-	(20,420,582)
Alienações	4,403,279	-	-	-	-	-	4,403,279
Ajustamentos / reclassificações	(613,450)	(424,782)	(951,139)	(1,541)	-	-	(1,990,912)
31 de Dezembro de 2018	(28,819,375)	(18,800,929)	(13,339,878)	(37,000)	-	-	(60,997,182)
Saldo líquido	15,542,222	12,356,856	2,253,696	1,542	-	3,942,503	34,096,818



Abre uma Conta LetsGo

Com LetsGo pode Poupar, Pagar, Transferir e ainda Ganhar Juros com qualquer saldo. Saiba mais sobre a Conta LetsGo, liga para a Linha de apoio ao cliente 90899 | 83 950 6000 | 21 22 6000. Visite o Agente Bancário mais próximo ou uma Agência do Banco Letshego.



12 Activos intangíveis

Activos intangíveis	Licença de software	Software	Software desenvolvido internamente	Valor contabilístico
Ao custo	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2019	22,912,472	39,783,741	4,468,087	67,164,300
Adições	746,742	4,680,494	-	5,427,236
Alienações	-	(1,008,053)	-	(1,008,053)
Transferência	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	-	-
31 Dezembro de 2019	23,659,214	43,456,182	4,468,087	71,583,483

Depreciação acumulada	Licença de software	Software	Software desenvolvido internamente	Valor contabilístico
	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2019	(14,010,769)	(4,235,006)	-	(18,245,775)
Depreciações do exercício	(764,575)	(6,647,182)	-	(7,411,757)
Alienações	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	-	-
31 Dezembro de 2019	(14,775,344)	(10,882,188)	-	(25,657,532)
Saldo líquido	8,883,870	32,573,994	4,468,087	45,925,951

Activos intangíveis	Licença de software	Software	Software desenvolvido internamente	Valor contabilístico
Ao custo	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2018	17,616,514	-	4,468,087	76,691,011
Adições	2,995,855	-	-	2,995,855
Alienações	(3,235,090)	(1,287,771)	-	(4,522,861)
Transferência	2,520,926	41,071,512	(43,592,438)	-
Ajustamentos / reclassificações	22,912,472	-	(11,013,972)	(7,999,705)
31 Dezembro de 2018	23,659,214	39,783,741	4,468,087	67,164,300

Depreciação acumulada	Licença de software	Software	Software desenvolvido internamente	Valor contabilístico
	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2018	(11,067,431)	-	-	(11,067,431)
Depreciações do exercício	(2,938,782)	(4,521,177)	-	(7,459,960)
Alienações	821,271	286,171	-	1,107,442
Transferência	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	(825,826)	-	-	(825,826)
31 Dezembro de 2018	(14,010,768)	(4,235,006)	-	(18,245,775)
Saldo líquido	8,901,704	35,548,735	4,468,087	48,918,525

13 Locações

O Banco aluga uma série de agências. Os arrendamentos têm uma duração de 1 a 5 anos. O Banco optou por não reconhecer activos e passivos com prazo de arrendamento (de até 12 meses) e arrendamentos de baixo valor para equipamentos operacionais.

Não há restrições impostas ao arrendatário quando da assinatura dos contratos. Os arrendamentos do Banco não são canceláveis e referem-se ao vencimento dos pagamentos futuros em 31 de dezembro de 2019:

13.1 Valores reconhecidos no balanço:

	31-Dec-19	1-Jan-19
Direito de uso	MZN	MZN
Edifícios	91,375,749	85,169,904
Corrente	26,566,187	27,878,827
Não-corrente	91,142,536	57,291,077
117,708,723	85,169,904	

13.2 Valores reconhecidos na demonstração do rendimento Integral:

	31-Dec-19	1-Jan-19
	MZN	MZN
Depreciações do activo de direito de uso	47,648,436	-
Gasto de juros	24,993,209	-
Despesas de arrendamento de curto prazo	5,348,134	-
Despesas de arrendamento de baixo valor	5,845,679	-
83,835,458	-	

14 Outros activos

	31-Dec-19	1-Jan-19
	MZN	MZN
Pagamentos antecipados	8,173,502	8,243,576
Taxas e comissões diferidas	-	8,432,572
Adiantamentos a colaboradores	4,440,817	5,327,244
Indemnizações de seguros a receber	88,053,982	-
Partes relacionadas	1,968,862	390
Outros valores a receber	31,767,468	2,307,050
134,404,631	24,310,832	

As indemnizações de seguro a receber estão relacionadas com um plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal ao Grupo Letshego.

seguradora na qualidade de gestora do plano de seguros.

15 Depósitos de clientes

Os fundos provêm das prestações mensais recebidas dos clientes de crédito e são pagos à

Os depósitos de clientes são maioritariamente compostos por contas poupança e depósitos a prazo.

Depósitos de clientes	2019	2018
	MZN	MZN
Cientes Corporativos:		
- Depósito à ordem	250,621,673	386,219,745
- Depósito à prazo	731,240,955	665,241,636
Cientes Retailho:		
- Depósito à ordem	65,174,523	29,770,627
- Depósito à prazo	595,308,865	84,220,966
1,642,346,016	1,165,452,974	
Depósitos correntes	1,542,346,016	1,165,452,974
Depósitos não-correntes	100,000,000	-
1,642,346,016	1,165,452,974	
Juros sobre depósitos	11,966,904	8,924,925
1,654,312,920	1,174,377,899	

16 Empréstimos de bancos

Empréstimos de bancos	2019	2018
	MZN	MZN
Bancos nacionais		
Barclays Bank Moçambique, S.A.	1,420,515,410	900,000,000
Standard Bank, S.A	664,432,129	664,850,168
2,084,947,539	1,564,850,168	

O Banco obteve os seguintes empréstimos de bancos nacionais:

1. O empréstimo do Standard Bank, no valor de 764,5 milhões de meticais, com vencimento em 27 de Julho de 2018, foi renovado em 30 de Novembro de 2018, no mesmo montante.

A linha de crédito é reembolsável em parcelas trimestrais, iniciadas em 14 de Dezembro de 2018, e vence em 31 de Julho de 2020.

2. O empréstimo do Barclays Bank, no montante de MZN 900 milhões, com vencimento

em 31 de Dezembro de 2018, foi renovado em 8 de Novembro de 2018 e aumentou para 1 500 milhões de meticais, dos quais MZN 750 milhões estão sendo reembolsados em prestações mensais e os restantes MZN 750 milhões de meticais vencem juros mensais e serão pagos numa prestação de capital que vence em 30 de setembro de 2021.

As facilidades de crédito estão garantidas pela empresa-mãe, a Letshego Holding Limited, e são remunerados à diferentes taxas de juro. As exposições no Standard Bank estão garantidas por créditos a clientes.

17 Outros passivos

Outros passivos	2019	2018
	MZN	MZN
Imposto de selo e retenções na fonte	27,921,289	79,568,684
Crédito de prémios de seguro	24,228,465	41,498,732
Acréscimo para bónus de funcionários	31,730,219	19,153,420
Acréscimo para férias de funcionários	5,770,640	3,375,085
Segurança social	33,947	911,828
Contas de compensação	-	5,978,633
Honorários de auditoria	3,161,466	2,126,824
Encargo de empréstimo	-	5,876,271
Diferimento de rendimento de taxas	11,890,443	-
Diferimento de rendimento de comissões	37,738,971	-
Passivo de locação	117,708,723	-
Outros acréscimos	15,441,800	18,533,255
Outros valores a pagar	31,249,949	8,563,036
306,875,912	185,585,768	

O crédito de prémios de seguro está relacionado com o plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal ao Grupo Letshego.

30 cada, a favor da Letshego Holding Limited. Estas acções preferenciais são remuneradas à taxa do Banco de Moçambique adicionada de uma margem de 4%.

Os fundos são provenientes das prestações mensais recebidas dos clientes de crédito e são pagos à seguradora na qualidade de gestora do plano de seguros.

Durante 2016, o Banco emitiu 14 000 000 acções preferenciais adicionais com um valor de MZN 30 cada, a favor da Letshego Holding Limited, nas mesmas condições contratuais das emissões anteriores.

18 Acções preferenciais

Em 2014, o Banco emitiu 31 666 667 acções preferenciais, com um valor nominal de MZN 30 por acção, para a Letshego Holding Limited.

As acções preferenciais são liquidadas ao valor nominal num período de 10 anos contado desde a data de emissão. Este instrumento compreende um passivo financeiro que é mensurado ao custo.

As acções preferenciais autorizadas com referência a 31 de Dezembro de 2016 ascendiam a 82 333 334 acções com um valor de MZN 30 por acção.

Em 2018 e 2019, o Banco Letshego, S.A. converteu 11 867 667 e 19 000 000 respectivamente, acções preferenciais em acções ordinárias, no valor de MZN 30 cada, a favor da Letshego Holdings Limited, com os mesmos termos contratuais.

Durante 2015, o Banco emitiu outras 36 666 667 acções preferenciais com um valor de MZN

As acções preferenciais autorizadas em 31 de Dezembro de 2019 ascendem a 51 465 667, a MZN 30 por acção.

	2019	2018
	MZN	MZN
Acções preferenciais em 1 de Janeiro	2,169,077,582	2,470,000,000
Acções preferenciais emitidas (dívida subordinada convertida - nota 19)	(570,000,000)	(356,029,980)
Juros do exercício	363,681,410	483,377,562
Juros pagos	(349,492,181)	(428,270,000)
	1,613,266,811	2,169,077,582

19 Empréstimo subordinado

Durante 2013, a Letshego Holding Limited acordou a concessão de um financiamento a Letshego Moçambique. o empréstimo foi aprovado pelo Banco de Moçambique, como empréstimo subordinado elegível para o capital regulamentar, que fortaleceu o rácio de solvabilidade do Banco.

O empréstimo tem um limite de utilização de 2,5 milhões de meticais e está sujeito a juros

indexados à taxa da facilidade permanente de cedência (FPC) do Banco de Moçambique, acrescida de uma margem de 4% ao ano.

Desde 2014, o Banco efectuou três conversões de dívida subordinada para acções preferenciais, nomeadamente de MZN 950 milhões em 2014, MZN 1 100 milhões em 2015 e MZN 420 milhões em 2016. Em 2018 o Banco converteu acções preferenciais em ordinárias no valor de MZN 356 milhões.

	2019	2018
	MZN	MZN
Dívida subordinada em 1 de Janeiro	498,656,652	327,697,139
Adições / (pagamentos)	(342,803,631)	62,313,598
Encargos com juros	34,185,497	108,645,915
	190,038,518	498,656,652

20 Capital social e prémio de emissão

	2019	2018
	MZN	MZN
<i>Totalmente autorizadas, subscritas e pagas</i>		
Número de acções ordinárias	38,000,000	19,000,000
Valor nominal das acções	30	30
Capital social	1,140,000,000	570,000,000
Prémio de emissão	524,000	524,000

21 Reservas

	2019	2018
	MZN	MZN
Reserva legal	297,461,263	240,677,713
Pagamento baseado em acções	1,202,648	-
	298,663,911	240,677,713

22 Margem financeira

	2019	2018
	MZN	MZN
Juros e rendimentos similares		
Crédito e aplicações:		
- Clientes	2,623,906,208	2,370,791,877
- Bancos	7,774,702	411,852
Outros juros e rendimentos similares	-	6,293,001
	2,631,680,910	2,377,496,730
Juros e encargos similares		
Empréstimos de bancos	(368,352,586)	(383,738,915)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(16,914,623)
Locações	(24,993,209)	-
Acções preferenciais	(363,681,410)	(483,377,562)
Dívida subordinada	(34,185,497)	(108,645,915)
Depósitos de clientes	(214,168,894)	(126,357,433)
	(1,005,381,596)	(1,119,034,448)
	1,626,299,314	1,258,462,282

23 Resultado de taxas e comissões

	2019	2018
	MZN	MZN
Rendimento de taxas e comissões		
Taxas e comissões administrativas	-	9,467,726
Taxa de cobrança	48,893,657	35,694,412
Outras taxas e comissões	-	7,678,467
	48,893,658	52,840,605
Gastos com taxas e comissões		
Taxas de cobrança	(57,079,051)	(56,728,453)
Comissões de vendas	(44,829,237)	(9,078,541)
Comissão de garantia	(45,290,000)	(36,314,658)
Outras taxas e comissões	(16,619,016)	(833,265)
Taxa de negociação	(59,204)	(19,440,302)
Taxa de mobilização de fundos	(13,954,191)	(10,300,436)
	(177,830,699)	(132,695,655)
	(128,937,041)	(79,855,050)

24 Outros resultados operacionais

	2019	2018
	MZN	MZN
Prémios de seguro recebidos	87,293,592	-
Subsídios	2,246,005	40,721,363
Outros proveitos operacionais	27,762,744	1,156,035
	117,302,341	41,877,398
Perdas em prémios de seguro	-	(32,927,928)
Outras despesas operacionais	(42,740,897)	(9,817,274)
	(42,740,897)	(42,745,202)
	74,561,444	(867,804)

Os prémios de seguro recebidos estão relacionados com os ganhos do plano de seguro para cobrir as dívidas incobráveis de clientes.

Este seguro é uma prática em todo o Grupo Letshego. A variação face ao ano anterior é explicada pelos ganhos ocorridos durante o ano.

25 Gastos com pessoal

	2019	2018
	MZN	MZN
Salários e vencimentos	135,062,837	122,030,385
Contribuições para assistência médica	8,286,410	6,709,672
Custos com segurança social	5,940,905	5,020,103
Outros gastos com pessoal	58,660,484	28,151,076
	207,950,636	161,911,236

26 Gastos gerais administrativos

	2019	2018
	MZN	MZN
Rendas - locação operacional	11,193,813	40,151,034
Honorários dos serviços de consultoria dos accionistas	8,845,768	9,062,027
Gastos de comunicação	46,459,110	32,575,109
Gastos gerais de escritório	16,990,543	14,250,306
Honorários de serviços especializados	39,791,722	41,052,614
Gastos com veículos	5,130,655	12,869,454
Material de escritório	7,945,284	6,175,093
Despesas de deslocação	30,012,616	14,777,419
Honorários de auditoria	3,359,637	3,575,732
Comissões de gestão	126,852,716	58,002,934
Outros gastos	110,809,333	96,800,647
	407,391,197	329,292,369

27 Imposto sobre o rendimento

	2019	2018
	MZN	MZN
Imposto sobre o rendimento	341,416,315	187,929,891
Imposto diferido	(4,357,629)	(9,196,335)
	337,058,686	178,733,556

27.1 Imposto diferido

	2019	2018
	MZN	MZN
Imposto diferido		
Saldo a 1 de Janeiro	12,639,208	11,937
Movimento do exercício	902,819	12,627,271
Saldo a 31 de Dezembro	13,542,027	12,639,208

27.2 Reconciliação do imposto corrente

	2019	2018
	MZN	MZN
Resultado antes de imposto	982,700,930	557,291,133
Imposto calculado à taxa fiscal de 32%	314,464,298	178,333,163
Efeito fiscal de:		
- Despesas não dedutíveis para efeitos fiscais	26,952,017	9,596,728
Imposto sobre o rendimento	341,416,315	187,929,891

27.3 Imposto corrente a pagar

	2019	2018
	MZN	MZN
Saldo a 1 de Janeiro	52,579,945	(32,621,340)
Imposto sobre o rendimento	341,416,315	187,929,891
Pagamentos	(206,876,811)	(102,728,606)
Saldo a 31 de Dezembro	187,119,449	52,579,945

Impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias nos seguintes:

Custos com o pessoal	(10,879,988)	(6,449,168)
Ganhos/ (perdas) cambiais não realizadas	(46,519)	(97,282)
Imparidade de crédito	-	(3,454,814)
Adiantamentos	(2,615,521)	(2,637,944)
Saldo a 31 de Dezembro	(13,542,027)	(12,639,208)

28 Partes relacionadas

	2019	2018
	MZN	MZN
Saldos com a Letshego Holding Limited		
Acções preferenciais (nota 18)	1,543,970,020	2,169,077,582
Dívida subordinada (nota 19)	259,335,309	498,656,652
	1,803,305,329	2,667,734,234
Gastos com juros a Letshego Holding Limited		
Acções preferenciais (nota 18)	363,681,410	483,377,562
Dívida subordinada (nota 19)	34,185,497	108,645,915
	397,866,907	592,023,477

29 Pagamentos a accionistas minoritárias

	2019	2018
	MZN	MZN
Honorários de consultoria	7,560,000	7,560,000
Honorários dos administradores	1,285,768	1,502,027
	8,845,768	9,062,027

30 Eventos subsequentes

O surto de covid-19 (coronavírus) ocorreu numa altura próxima da data do relatório do Banco e continuou a evoluir em 2020.

No final de 2019 foi identificado em Wuhan, a capital da província chinesa de Hubei, um conjunto de casos com sintomas de uma "pneumonia de causa desconhecida".

Em 31 de Dezembro de 2019, a China alertou a Organização Mundial de Saúde (OMS) para este novo vírus e em 30 de Janeiro de 2020

o Comité de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional da OMS declarou o surto como "Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional".

Desde então, foram diagnosticados mais casos noutros países e foram tomadas medidas pela China e por outros países. Gradualmente, foi ficando disponível mais informação.

O Banco Letshego e os seus clientes têm sido afectados pelo surto ou pelas medidas tomadas para prevenir a propagação da doença.

O julgamento crítico e a avaliação que a gestão fez é se o evento fornece provas de uma condição que existia no final do período de reporte com impacto nas actividades do Banco ou nos seus activos e passivos.

Ao fazer este julgamento, o Banco tomou em consideração toda a informação disponível sobre a natureza e o calendário do surto e das medidas tomadas.

A Administração avaliou se o evento deveria ser ajustado e concluiu que o evento subsequente não é o surto em si mas as medidas tomadas pelos governos a partir de Março de 2020.

Por consequência, o evento é considerado um evento não ajustável e como tal não deve ser reflectido no activo e passivo do Banco em 31 de Dezembro de 2019.

Embora a gestão tenha concluído que se trata de um evento não ajustável, o Banco atendeu à relevância e divulgou a natureza do evento e fez uma estimativa do efeito financeiro.

O Banco Letshego foi directamente afectado e o surto afectou as suas operações através das medidas restritivas que foram aplicadas pelo governo para proteger os cidadãos de uma maior propagação da doença.

Nas fases iniciais do surto, o elevado nível de incertezas originado pelo resultado imprevisível desta doença dificulta a estimativa dos efeitos financeiros do surto.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados para determinar a situação financeira em 31 de Dezembro de 2019 foram incluí-

dos como parte das políticas contabilísticas do Banco.

As estimativas relativas ao cálculo das Perdas Esperadas de Crédito estão baseadas em factores prospectivos referentes a uma série de condições económicas previstas para aquela data.

O surto de covid-19 originou perturbações nas actividades empresariais a nível global, desde meados de Janeiro de 2020, com um impacto significativo a partir de Março de 2020.

Em Março de 2020, o Banco realizou testes de esforço e análises de sensibilidade para os modelos de Perdas Esperadas de Crédito (ECL) do Banco.

Os cenários adversos incorporaram multiplicadores negativos dos quais resultou uma ECL adicional de 24.5 milhões de meticais, estimada com base nos resultados financeiros e outros dados do Banco posteriores a 29 de Fevereiro de 2020.

As variáveis ajustadas foram o Índice de Preços no Consumidor, o Produto Interno Bruto e a Taxa de Desemprego e os testes de esforço / análise de sensibilidade foram feitos para um período prospectivo de 12 meses.

Para além do acima referido, não houve outras alterações nos negócios do Banco entre o final do ano de 31 de Dezembro de 2019 e a data de aprovação destas financeiras.

Está estimado um efeito limitado na situação financeira e no desempenho do Banco que não terá impacto na sua viabilidade financeira.

ANEXO À CIRCULAR Nº 3 E 4 /SHC/ 2007 MODELO IV

BALANÇO EM 31 DEZEMBRO DE 2019

(Milhares de Metcals)

CÓDIGO DE CONTAS	ACTIVO	ANO		ANO ANTERIOR	CÓDIGO DE CONTAS	PASSIVO	ANO	
		VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIIDADE E AMORTIZAÇÕES				ANO ANTERIOR	ANO ANTERIOR
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	717,073	717,073	479,687	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	910,578	910,578	334,648	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação	-	-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	2,084,948	1,564,850
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponíveis para Venda.	-	-	-	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	1,654,313	1,174,378
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300 (1)+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+35211-5210 (1)-53010-53018	Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	-
154+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Créditos a clientes	7,972,507	122,318	7,850,189	44	Derivados de Cobertura	-	-
21	Investimentos detidos até a maturidade	-	-	-	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	-	-
25-3580	Derivados de Cobertura	-	-	-	47	Provisões	195,451	69,039
26-3581 (1)-360 (1)	Activos não correntes detidos para Venda	-	-	-	490	Passivos por impostos correntes	187,119	52,580
27-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-
29-3583-361	Outros Activos tangíveis	310,082	129,538	180,544	480+488+489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	257,366	552,787
24-357	Activos Intangíveis	71,583	25,658	45,926	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	411,683	425,869
300	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	6,327	6,327	6,327	55	Capital	2,683,970	2,683,970
301	Activos por impostos correntes	-	-	-	602	Premios de Emissão	524	524
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308 +3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Activos por impostos diferidos	13,542	13,542	12,639	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
	Outros Activos	373,774	373,774	164,815	-56	Acções Próprias	-	-
					58+59	Reservas de Reavaliação	-	-
					60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	1,976,937	1,597,177
					64	Resultado do Exercício	645,642	378,558
					-63	Resultados de Operações Descontinuadas	-	-
						(Dividendos antecipados)	-	-
TOTAL DO ACTIVO		10,375,467	277,514	10,097,954	8,499,731	TOTAL DO PASSIVO	10,097,954	8,499,731

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019

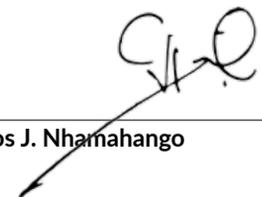
(Milhares de Metcals)

CÓDIGO DE CONTAS	DÉBITO	ANO	ANO ANTERIOR
79+80	Juros e Rendimentos Similares	2,631,681	2,377,497
66+67	Margem e Encargos Similares	980,388	1,119,034
	Margem Financeira	1,651,293	1,258,462
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com serviços e Comissões	0	0
68	Encargos com Serviços e Comissões	187,722	127,158
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	1,133	(1,174)
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	(183)	(14,058)
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	100,036	(29,804)
70	Produto Bancário	1,564,556	1,086,268
71	Custo com Pessoal	274,401	170,990
77	Gastos Gerais Administrativos	242,608	231,719
784+785+786+788-884-885-886-888	Amortização do Exercício	84,016	27,881
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	0	0
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos de Reversões e Recuperações	(19,169)	98,388
	Imparidade de Outros Activos Líquida de reversões e Recuperações	0	0
	Resultado Antes de Impostos	982,701	557,291
65	Impostos Correntes	341,416	187,930
74-86	Impostos Diferidos	(4,358)	(9,196)
640	Resultados após Impostos	645,642	378,558
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Líquido após Impostos de Operações Descontinuadas	0	0
TOTAL		645,642	378,558

	ANO	ANO ANTERIOR
9000 + 9010	Garantias e avales prestadas	0
9100 + 9110	Garantias e avales recebidas	0
9001 + 9011	Acetes e endossos	0
9700 + 9710	Activos dados em garantia	0
92000(*) + 92100(*)	Compromissos resultantes de operações de venda com opção recompra	0
9701 + 9711	Activos recebidos em garantia	0
990	Aplicações abatidas ao activo	348,772
995	Rendas vencidas e valores residuais de contratos de locação financeira	0



Helder Nhassengo
Responsável pela Informação



Carlos J. Nhamahango
CEO